

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE / *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

FERNANDO BUSS

**AÇÃO COLETIVA NA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO - PR: O PROCESSO
DE ORGANIZAÇÃO DA AFERTOL**

**2018
TOLEDO – PR**

FERNANDO BUSS

**AÇÃO COLETIVA NA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO - PR: O PROCESSO
DE ORGANIZAÇÃO DA AFERTOL**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin

Toledo

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Buss, Fernando

Ação coletiva na feira do produtor de Toledo - PR: : o processo de organização da AFERTOL / Fernando Buss; orientador(a), Eric Gustavo Cardin, 2018.

111 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Ciências Sociais. 2. Ação Coletiva. 3. Feira do Produtor. I. Cardin, Eric Gustavo. II. Título.

FERNANDO BUSS

**AÇÃO COLETIVA NA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO - PR: O PROCESSO
DE ORGANIZAÇÃO DA AFERTOL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, área de concentração em Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin (Orientador)
Unioeste - Toledo

Prof. Dr. Cíntia Fiorotti Lima
Unila- Foz do Iguaçu

Prof. Dr. Ernelo Schallenberger
Unioeste - Toledo

Toledo, 28 de setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência e compreensão da minha companheira Caroline, pelo apoio e incentivo durante a realização do curso. À minha pequena Isabela, presente que recebi durante o curso e a quem precisei negligenciar parte da minha atenção.

Aos meus pais que, mesmo diante das dificuldades da vida e da simplicidade em que vivem me incentivaram a busca do conhecimento.

Ao meu irmão Marcelo, com quem compartilhei desde cedo a dureza do trabalho e estudo e pudemos aprender juntos.

Aos demais familiares que em algum momento apoiaram e incentivaram a busca da formação.

Aos amigos Artemio (*in memoriam*), Alessandra, Roberto, Jaime, Maicon e Rosana que reiteradas vezes me motivaram no meu retorno à universidade.

Aos camaradas de militância, pela compreensão de minha ausência em vários momentos e pelo aprendizado que tive nessa trajetória.

À equipe do Colégio Estadual Jardim Maracanã, que compreendeu e ajustou o horário de trabalho, permitindo que houvesse condição de realização do curso.

Ao professor Miguel, orientador inicial, que me incentivou e acompanhou os primeiros passos do trabalho.

Ao professor Eric, orientador desta dissertação, pelas valiosas contribuições e por aceitar o desafio da orientação com muito empenho, sabedoria e compreensão.

Aos membros da banca, Cíntia e Erneldo, pela atenção e contribuições.

Aos professores do curso, pelas relevantes contribuições durante as aulas.

Aos professores, amigos, camaradas, que contribuíram com idéias e sugestões, na elaboração da pesquisa.

À assistente Marilucy, pela atenção e presteza em seu trabalho.

Aos colegas de turma, pelo aprendizado e dificuldades compartilhadas.

Aos feirantes e demais entrevistados, pela receptividade e atenção na realização da pesquisa.

Agradeço ainda, a todos que, em algum momento, participaram dessa caminhada, trazendo palavras de incentivo, companheirismo, carinho, reabastecendo-me de energia para concluir esse trabalho.

*Não me diga que não há mais nenhuma esperança
Juntos nós resistimos, separados nós caímos
(Pink Floyd)*

BUSS, Fernando. Ação coletiva na Feira do Produtor de Toledo - PR: o processo de organização da AFERTOL. 2018. 112p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2018.

RESUMO

As primeiras experiências dessa atividade em Toledo remontam ao início da década de 1980, quando pequenos agricultores familiares comercializavam diversos produtos agropecuários em pontos de feira na cidade. Desde então, esses sujeitos buscaram o estabelecimento dessa atividade, passando por diferentes locais, oscilando na sua afirmação. Desde o seu início, a EMATER e a Secretaria da Agricultura do município acompanharam e prestaram alguns suportes para desenvolvimento dessa atividade. Em 2001, seguindo um projeto de reformulação desenvolvido por esses dois órgãos, a Feira do Produtor de Toledo ampliou o seu mix de produtos ofertados, através da inserção de novos feirantes (produtores urbanos caseiros de panificações, lanches, embutidos) e da diversificação de ofertas, tornando-a mais atrativa aos consumidores. Com a afirmação da atividade e a organização destes feirantes, em 2014 ocorre a formalização da AFERTOL, passo considerado importante no processo organizativo e desenvolvimento da autonomia desse grupo. Neste contexto, a pesquisa buscou identificar a produção de ação coletiva da Associação dos Feirantes de Toledo a partir de suas relações sociais e delegações de poder entre os associados. Como forma de operacionalizar esse trabalho, utilizamos da pesquisa de campo a partir da aplicação de questionário semiestruturado com os feirantes, organizando seu resultado na discussão bibliográfica que cerca o problema de pesquisa, na formação do espaço da feira e, nas relações sociais e organizativas dos feirantes.

PALAVRAS-CHAVE: Feira, feirante, ação coletiva, organização.

BUSS, Fernando. **Collective action in the fair of producers in Toledo – PR: the process of organization of AFERTOL.**2018. 112p. Dissertation (Masters in Social Sciences) – Post – graduation program StrictoSensu in Social Sciences, State University of Western Paraná, Toledo-PR, 2018.

ABSTRACT

The first experience of this activity in Toledo dates back to the beginning of the 1980s, when small growers used to sell some agricultural products in different parts of the city open market. Since then, these people have been trying to establish this activity in the city, selling their products in many places in town. Ever since the beginning, EMATER and the Department of Agriculture in Toledo have been supporting the development of this activity. In 2001, according to a Project of reformulation developed by these two institutions, the open market of producers in Toledo increased the offer of products through the inclusion of new growers into the open market (producers and bakers from the town), and the variety of offers, making the open market more attractive to customers. With this activity and the organization of the vendors, in 2014 AFERTOL became a reality, which was considered a very important step in the process of organization and development of the group. In this context, the research tried to identify the production of the collective action of the association of growers in Toledo according to their social relations and delegation of power between the members. As an attempt to operationalize this activity, it was made a field research with a semi-structured questionnaire with the growers, organizing the result in discussion of works of literature search that deals with the research problem, the organization of the open market and social and organizational relations of growers and vendors.

KEYWORDS: Open market, vendors, collective action, organization.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	P. 45
TABELA 2	P. 46
TABELA 3	P. 75
TABELA 4	P. 77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Feira do Produtor de Toledo nos anos de 1980 e 1990	62
FIGURA 2 – Mapa da Feira do Produtor de Toledo atual	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUA CARACTERIZAÇÃO	18
1.1 CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA	20
1.2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA NO QUADRO DA AÇÃO COLETIVA.....	35
1.3 O LUGAR DA FEIRA: CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO E OS PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO	43
2 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR	47
2.1 FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO HISTÓRICO: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	49
2.2 OS PRIMEIROS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DAS FEIRINHAS: O INÍCIO DO PROCESSO.....	55
2.3 A FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO: A FORMALIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO COMO ESPAÇO DE VENDA E CONSUMO	62
2.4 A FORMALIZAÇÃO DA AFERTOL: A FEIRA DO PRODUTOR CAMINHANDO COM PERNAS PRÓPRIAS	67
3 O FEIRANTE: SUJEITO QUE CONSTRÓI A FEIRA E O PROCESSO DE AÇÃO COLETIVA NA AFERTOL	70
3.1 A BUSCA DE UMA IDENTIDADE: FEIRANTE OU AGRICULTOR FAMILIAR?	72
3.2 O FEIRANTE PRODUTOR E O FEIRANTE NÃO PRODUTOR: ALGUMAS DIFERENÇAS.	77
3.3 A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO SUJEITO NO CAMPO E NA CIDADE.....	80
3.4 LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA.....	84
3.5 PARTICIPAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE DECISÕES	89
3.6 ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

A Feira do Produtor de Toledo constitui uma importante forma de comercialização de produtos alimentícios e artesanato entre feirantes e consumidores num contexto marcado pelas relações dominantes do agronegócio. Atualmente está situada em 10 pontos do município, agregando produtores rurais e urbanos, organizados através da Associação dos Feirantes de Toledo (AFERTOL). O espaço regional onde a feira está inserida é definido por relações econômicas fundamentadas na produção agrícola e conseqüentemente na manufatura desses produtos através de empreendimentos agroindustriais, determinando assim hegemonicamente as relações produtivas desse segmento econômico e social. Em meio a esse cenário, o agricultor familiar e o pequeno produtor urbano buscam em formas simplificadas organizar a sua produção e o acesso aos mercados, através da feira, estabelecendo o contato direto com o consumidor, como forma de obtenção de renda e de sua reprodução social.

A sua organização atual é resultado de experiências acumuladas por aproximadamente quatro décadas. Em grande medida, a origem da “feirinha” em Toledo está relacionada às tentativas de reprodução social de indivíduos da agricultura familiar frente ao predomínio de atividades rurais e a da agroindústria pautadas no agronegócio, que se estabeleceu como uma atividade produtiva referencial de organização econômica e social no município. A Feira do Produtor foi um caminho encontrado para inserção nos mercados daqueles pequenos agricultores que tinham dificuldades ou resistiam à integração à grande agroindústria.

O percurso histórico da Feira do Produtor seguiu um processo de idas e vindas, passando por oscilações, mudanças de local e insistência de alguns de seus sujeitos. Caracterizada por seguir uma forma produtiva e organizativa minoritária no contexto geral do município, esta atividade marcou a tentativa de manutenção de jeito de reproduzir a vida social. Um processo de reformulação implementado em 2001 pela EMATER e Secretaria de Agricultura do município marca a ampliação do espaço ocupado pela feira e a integração de novos atores em sua coletividade. Paulatinamente, novos produtores vão se integrando e a feirinha se expandindo para os bairros, buscando elaborar estratégias de manutenção e reprodução de vida.

Um aspecto relevante presente em toda trajetória da Feira do Produtor foi a sua organização coletiva, iniciada por pequenos agricultores que buscavam na organização associativa da feira uma forma de manutenção da vida no campo, tendo como objetivo ampliar sua capacidade produtiva e estabelecer uma conexão direta com o consumidor. Entre idas e vindas, esse mecanismo de comercialização mostrou-se uma alternativa viável do ponto de vista econômico, o que permitiu uma ampliação da diversificação de produtos e do perfil destes produtores, mantendo, direta ou indiretamente, uma predominância do vínculo com produtos oriundos ou derivados do campo.

Tendo essa caracterização, *a pesquisa busca problematizar as relações sociais que permearam a organização destes feirantes no seu processo histórico e analisar as formas de ação coletiva presentes no comportamento produtivo e na organização da Associação dos Feirantes Produtores de Toledo.*

Nesse quadro das experiências dos feirantes de Toledo, identifica-se uma ação a partir de situações próprias que demandam na articulação de estratégias específicas dentro do grupo. Essa contextualização permite a inserção no campo da ação coletiva, que em termos gerais, é compreendida como a busca de um objetivo ou um conjunto de objetivos por um grupo de indivíduos. Mancur Olson (2015) define a *ação coletiva como o comportamento de um grupo de indivíduos organizados com objetivos comuns a partir de interesses puramente individuais*. Isto é, a organização dos grupos sociais é precedida de uma lógica racional individual capaz de presumir os possíveis ganhos e benefícios que esta ação coletiva pode lhes proporcionar.

O estudo desse sujeito, o feirante, e o seu espaço de reprodução, a feira, se faz necessário dentro das Ciências Sociais, tendo em vista a preocupação desse campo de pesquisa no estudo dos fenômenos, das estruturas e das relações que caracterizam as organizações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, é relevante investigar a dinâmica coletiva dos produtores organizados na Feira do Produtor de Toledo, analisando o seu processo de transformação e afirmação enquanto organismo associativo e comercial no município.

A partir da problematização formulada acerca das formas de ação coletiva desenvolvida na Associação dos Feirantes de Toledo, a pesquisa indica hipóteses sobre o quadro do objeto de estudo. A hipótese principal é que as ações coletivas produzidas

no interior da AFERTOL são construídas a partir de ações desenvolvidas pelo grupo, buscando integrar esses sujeitos nesta esfera produtiva/comercial a partir de uma sistemática produtiva fomentada nas unidades familiares, tomando um corpo orgânico coletivo no processo de comercialização de seus produtos.

A partir dessa hipótese principal, elencamos alguns elementos complementares que indicam a construção social desses sujeitos sob princípios de ação coletiva. Esses aspectos particulares são fios condutores que convergem na gênese desse grupo associativo e sua respectiva organização, marcando a ocupação de um espaço. Assim, supomos que esses feirantes buscam por meio da produção familiar e comercialização de seus produtos gerarem a subsistência e incremento de renda, utilizando a força de trabalho local e tendo como base produtiva a diversificação. A AFERTOL ocupa nessa cadeia produtiva/comercial o meio de organização coletiva que permite esse sujeito ter o seu espaço de comercialização de sua produção. Outra hipótese é que são agricultores familiares ou pequenos produtores urbanos lotados em pequenas propriedades/unidades produtivas (“agronegócinho¹”) que buscam através da produção própria, baseada na diversificação, produzir sua subsistência e integrar-se ao mercado local. Além disso, é possível pressupor que, para inserirem-se no “agronegócinho local”, esses produtores possuem uma associação que defende seus temas e ações propostas, buscando nas deliberações coletivas o norteamento de suas ações.

Assim, considerando que os produtores buscam na inserção e na organização coletiva da AFERTOL efetuar a venda direta de seus produtos, presume-se que suas relações seguem princípios de ação coletiva, visto que sua produção está voltada à comercialização num espaço de mercado coletivo, organizado associativamente pelo grupo de produtores.

Neste contexto, *essa pesquisa tem como objetivo principal elaborar uma análise explicativa sobre as formas de ação coletiva na AFERTOL, demonstrando como estas práticas norteiam o processo organizativo desse grupo social. Como desdobramento do objetivo geral, propomo-nos a tratar dos seguintes objetivos específicos: buscar no do conceito de ação coletiva estabelecer as conexões orgânicas desse grupo associativo;*

¹ Entende-se por “agronegócinho” um empreendimento agropecuário de pequeno porte comparado ao grande agronegócio de produção de soja e outros produtos para o consumo interno e a para a exportação.

discutir a relação capitalismo e pequena agricultura, caracterizando as transformações impactadas sobre o comportamento produtivo e comercial dos agricultores familiares e pequenos produtores; analisar o processo de construção de ação coletiva no interior da AFERTOL e; caracterizar a partir da experiência relatada pelos feirantes o processo histórico de formação associativa destes produtores frente ao modelo predominante de grande negócio.

Quanto à operacionalização da pesquisa e encaminhamentos metodológicos realizados, buscamos cercar os elementos que envolvem o problema, identificando aspectos importantes do comportamento produtivo e organizativo desse grupo social. Em termos teóricos, partimos da abordagem bibliográfica sobre a questão agrária e sua dinâmica ao longo do desenvolvimento do capitalismo no campo, enfatizando aspectos marcantes do agronegócio e a pequena agricultura e sua relação com a gênese da Feira do Produtor, elencando alguns elementos e experiências presentes na construção do agricultor familiar/pequeno agricultor e sua dinâmica de reprodução social. Em seguida, tratamos do conceito de ação coletiva, buscando a partir dessa ferramenta, construir a análise da formação da Feira do Produtor e de sua organização associativa.

O passo seguinte consistiu no contato direto com o feirante associado da AFERTOL, localizado nos dez pontos de Feira do Produtor de Toledo. Nessa etapa, foi realizado o mapeamento dos espaços de localização desses sujeitos e feita a identificação dos mesmos. Em seguida, a pesquisa aprofundou a observação de campo, promovendo entrevistas através de questionários semiestruturados com esses feirantes, buscando obter as informações que permitam a compreensão de sua experiência enquanto feirante e seu papel dentro do grupo associativo.

O contato direto com os feirantes foi realizado entre abril de 2017 e janeiro de 2018. O questionário foi aplicado entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, com 36 feirantes (homens e mulheres), isto é, um universo de 60% dos associados cadastrados na AFERTOL, localizados em todos os pontos de feira. Também foi realizada uma entrevista no mês de abril de 2018 com a assistente social da EMATER Claudete Galhardo Frasson, que acompanhou por mais de 30 anos os passos da feira no município.

Após as etapas anteriormente descritas, o trabalho concentrou-se na análise e

filtro das informações obtidas, buscando ordená-los de acordo com as questões propostas na pesquisa e na problematização dos pressupostos estabelecidos. A partir da delimitação do tema tratado, das informações teóricas e dados levantados, o resultado da pesquisa foi desenvolvido em três capítulos centrados respectivamente na retomada da literatura sobre o problema, na formação do espaço da feira e, sobre o feirante e suas relações sociais e organizativas.

O primeiro capítulo traz a problematização da pesquisa na perspectiva teórica, abordando o contexto do desenvolvimento do capitalismo e sua relação com a reprodução da agricultura familiar dentro do quadro do desenvolvimento produtivo dos pequenos produtores rurais. A partir dessa caracterização, inserimos a discussão da noção de ação coletiva, compreendida como hipótese teórica da compreensão da relação organizativa dos feirantes em sua associação. Nesse mesmo quadro, são apresentadas algumas características do município onde ocorre a feira e dos locais onde estão instalados os pontos de comercialização. Em seguida, são apresentadas as hipóteses e objetivos da pesquisa, assim como os encaminhamentos metodológicos realizados na pesquisa.

O segundo capítulo tem como elemento central o lugar da pesquisa: a “feira”. Para tanto, a pesquisa apresenta a partir do conjunto de experiências o histórico da construção da Feira do Produtor do município de Toledo-PR na perspectiva de organização coletiva. Tomamos como ponto de partida desse tema a definição e caracterização da feira livre no contexto histórico, trazendo em seguida uma descrição do início do processo de construção das feirinhas em Toledo durante a década de 1980 e 1990. Enfatiza a constituição do atual formato de Feira do Produtor em 2001, tendo como referência a inserção de novos atores no seu processo de formalização e afirmação como espaço de venda e consumo, assim como a constituição e formalização da Associação dos Feirantes de Toledo.

O terceiro capítulo centra sua abordagem no sujeito desse espaço: o feirante. Para isso, tratamos do sujeito que construiu e constitui atualmente a Associação dos Feirantes de Toledo a partir do processo de ação coletiva. Para tanto, tratamos da construção da identidade do feirante de Toledo, tendo como referência as suas raízes na agricultura familiar ou na produção caseira urbana, analisando também as diferenças

entre o feirante produtor e feirante não produtor. Nessa perspectiva, discutimos a consolidação de um novo sujeito no campo e na cidade. Aprofundando a análise sobre os processos de ação coletiva da AFERTOL, abordamos a lógica da organização associativa, tratando da participação dos feirantes no encaminhamento das decisões da associação, bem como, versando também sobre as estratégias individuais e coletivas desses sujeitos.

1 CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUA CARACTERIZAÇÃO

A história da Feira do Produtor de Toledo possui laços marcantes com o espaço rural e conseqüentemente com a prática agrícola do município. Embora o impacto da feira no conjunto da produção rural seja pequeno, suas raízes nessa atividade e a forma de organização atual (agregando pequenos produtores rurais e urbanos) mantêm um vínculo estreito a esse meio produtivo. Nesse contexto, é possível analisar a trajetória da feira a partir do quadro de desenvolvimento agrícola na região.

Ao longo da História da humanidade, a atividade agrícola desempenhou um importante papel no seu desenvolvimento e em sua reprodução social. Em linhas gerais, a agricultura se configurou como um mecanismo primário de intervenção do homem sobre a natureza. Conseqüentemente, o seu avanço e sua intensificação possibilitaram a transformação espacial, o surgimento de cidades, sendo determinantes na ocupação de novas áreas territoriais e na organização econômica. Ainda hoje, a agricultura ou a sua face moderna, o agronegócio, têm um impacto direto em vários pontos regionais no que se refere ao ordenamento social e produtivo.

O desenvolvimento do capitalismo implicou em mudanças significativas no modo de produção e interação com os mercados na agricultura. Conforme descreve Marx:

A máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma (MARX, 2013, p.449).

Dessa forma, o processo de industrialização das sociedades permitiu a transformação do espaço geográfico no meio rural, o que ocorreu graças à inserção de maiores aparatos com inovações tecnológicas na produção agrícola, permitindo uma maior mecanização do campo. Essa transformação dos modos produtivos implica num processo gradativo de mecanização agrícola, permeada pela utilização de tratores, colheitadeiras, semeadeiras e alguns novos implementos agrícolas à base de energia a vapor e da eletricidade.

Esse processo de transformação na agricultura, a partir da Revolução Industrial,

com a inserção de novas técnicas e maquinários, é disseminado no mundo com a expansão marítimo-colonial europeia. Essas mudanças na forma de produção agrícola avançam sistematicamente, alcançando um novo patamar cerca de um século depois, com a chamada Revolução Verde, por meio da implementação de um conjunto de medidas entre as quais a aplicação de técnicas baseadas na introdução de melhorias genéticas nas plantas e na evolução dos aparatos de produção agrícola, tendo em vista a ampliação do volume produtivo.

A transformação dos meios de produção, face ao desenvolvimento científico, permitiu a introdução de novas lavouras e de meios diferenciados de tratamento a esses cultivos, marcando uma melhor racionalização e crescimento da produção. Para Hobsbawm, a demanda constituiu o elemento dinâmico desse desenvolvimento. Segundo o autor:

“A crescente demanda de alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda desses mesmos setores por trabalho e, unindo os dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o padrão de consumo das massas e, portanto, sua demanda per capita. Identifica-se assim um processo de modernização que influencia nas várias facetas produtivas” (HOBBSAWM, 2015, p. 269-270).

O aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo passa a nortear as bases da organização produtiva e social, incidindo num processo de reconfiguração do espaço rural, através da migração às cidades e da mecanização dos meios de produção. Essa mudança incide na formação de grandes empreendimentos agrícolas, dotados de tecnologias avançadas, buscando atender ao mercado capitalista. No caso do Brasil, os traços marcantes de seu avanço se evidenciam a partir de 1930, através do processo de mecanização industrial e crescimento urbano brasileiro, influenciando diretamente o ordenamento social e a infraestrutura do país.

Paralelo a isso, existem os sujeitos (do campo e da cidade) que não conseguem ou resistem à inserção nas relações do grande mercado, buscando em formas alternativas produzir a sua subsistência a partir de princípios de diversificação e manutenção do status de agricultor / produtor. Isso significa que a alteração na configuração dos espaços implica na necessidade desses indivíduos recorrerem a meios que permitam a sua reprodução social. No caso em questão, a feira surge como

possibilidade àqueles que não querem se integrar aos aparatos do agronegócio ou inserir-se no mercado de trabalho urbano (indústria ou comércio), ou buscam seguir um formato de trabalho e produção sem atrelamentos diretos às estruturas monopolizantes desse setor produtivo.

Tendo como referência o debate sobre a Feira do Produtor de Toledo, este capítulo traz elementos acerca do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, problematizando como ocorre a reprodução da pequena agricultura. O pressuposto apresentado é o caso de Toledo, onde alguns pequenos agricultores buscaram coletivamente, por meio da feira, expor e comercializar o resultado de sua produção. Dessa forma, essa parte do trabalho está organizada na discussão da relação capitalismo e agricultura familiar; no debate do quadro teórico da ação coletiva como instrumento organizativo dos feirantes; na caracterização do município e a identificação dos locais onde ocorre a feira; na apresentação das hipóteses e objetivos da pesquisa, e, por fim, na apresentação dos recursos metodológicos utilizados na pesquisa.

1.1 CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA.

A discussão acerca das formas de ação coletiva desenvolvidas na Associação dos Feirantes de Toledo remete a um debate sobre o contexto no qual os feirantes estão inseridos. Por isso, consideramos importante resgatarmos algumas caracterizações da experiência histórica destes sujeitos no município de Toledo e alguns fatores que implicam na sua forma de trabalhar e reproduzirem suas vidas.

Como já mencionado, o processo de mecanização da agricultura iniciado com a Revolução Industrial no século XIX e aprofundado com a Revolução Verde nos meados do século XX implicou em transformações na paisagem rural. Isto é, a configuração do campo, sua forma de organização do trabalho e produção e os recursos utilizados para tal “sofreram” mutações que, conseqüentemente, implicaram na vida dos indivíduos presentes nessa atividade, principalmente os pequenos agricultores, necessitando uma adaptação produtiva a essa realidade ou até mesmo abandonar a vida do campo rumo às cidades.

Ulsenheimer (1993) aponta como um dos impactos da expansão dos latifúndios a extinção da agricultura de subsistência. A ampliação do plantio de soja a partir da década de 1970 no Paraná em decorrência do estímulo de preços do mercado internacional e da facilidade de crédito agrícola substituíram gradativamente as culturas de café, gado, feijão e arroz. Isso teria implicado em modificações na forma de organização do trabalho, visto que o pacote tecnológico da produção de soja eliminou em muitas regiões as formas internas de pequena produção. Assim, a pequena propriedade representava na década de 1980 cerca de 44% dos estabelecimentos rurais e a diversificação produtiva na unidade passou a ser vista como um agente minimizador de riscos para aqueles que pretendiam continuar a reproduzir suas vidas como pequenos agricultores.

Tendo a referência de pesquisa sobre a diversificação produtiva do campo no oeste do Paraná na década de 1980 desenvolvida por Jaime L.G. Ulsenheimer e os relatos da experiência dos sujeitos que participaram da Feira em Toledo durante esse período, nota-se que a comercialização de produtos por meio desse meio comercial era uma das alternativas encontradas por muitos pequenos agricultores para a manutenção da vida no campo. Conforme destaca Ulsenheimer (1993), em decorrência da pouca disponibilidade de capital financeiro por parte do pequeno produtor e a instabilidade de preços do setor agrícola, a diversificação produtiva foi a alternativa encontrada por pequenos agricultores para incremento de renda. De modo geral, esses indivíduos pautavam sua produção no cultivo de soja, milho ou algodão, na criação de suínos, na produção leiteira e bovina, produzindo ainda outros itens em suas propriedades.

Nessa perspectiva, Vigorena, Battisti, Batista e Almeida (2012) destacam que os pequenos produtores rurais precisaram buscar formas de se organizar para sobreviver no mercado. Uma das formas encontradas foi justamente as feiras de produtores, incentivadas e autorizadas pelo poder público. É importante salientar que este instrumento de comercialização não foi criado nesse período histórico, mas utilizado e adaptado ao contexto social / produtivo desses pequenos agricultores. Assim, a partir dessa contextualização do pequeno produtor rural de Toledo que busca produzir a sua subsistência através da diversificação e se utiliza de mercados alternativos (feira, venda em domicílios) para comercialização de seus produtos, consideramos necessária a

discussão sociológica da relação capitalismo e agricultura familiar, como mecanismo de compreensão da gênese desse sujeito social e sua consequente organização associativa.

Tendo como referência o processo de mecanização agrícola paralelo ao desenvolvimento do capitalismo, Veiga (2012) aponta que a agricultura moderna² germina na Europa nos séculos XVIII e XIX a partir de um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, tendo papel fundamental na decomposição do feudalismo e desenvolvimento do capitalismo. O autor ainda destaca que a Revolução Agrícola tem sua origem na fusão das civilizações romanas e germânicas, que geraram o feudalismo europeu, iniciando o processo de aproximação da agricultura e pecuária, deixando de serem atividades postas para assumir um caráter de complementariedade, tornando-se alicerces das sociedades europeias. Segundo o autor (2012, p. 29), “esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos”. Essa transformação da agricultura moderna nos marcos capitalistas implica, por exemplo, na interação do agricultor (pequeno ou grande) diretamente com os mercados.

Amim (1977) destaca que no capitalismo, a agricultura deixa de ser uma atividade sedentária submetida à codificação tradicional, e que a produção de renda nessa atividade separa o proprietário do solo. Segundo o autor (AMIM, 1977, p.85 e 86), “ela capta os fluxos de capitais, rendas e mão de obra; fá-los circular sob forma de produtos como parte integrante do sistema mecanizado. Põe-nos em movimento e está em movimento perpétuo”. Em outras palavras, a agricultura capitalista deixa de ser uma atividade em torno da terra ou a operação da propriedade fundiária sistematizada, para assumir uma sequência dependente do mercado, tendo predomínio no caráter social da

² A agricultura moderna é um processo mais elaborado e estruturado, caracterizado pelo uso extensivo de maquinários e planejamento similar a um grande empreendimento. Essa face da agricultura surge na Revolução Industrial, tendo como principal objetivo o abastecimento comercial e a elevação da produção agrícola. Entre suas principais características, não necessariamente homogêneas, podemos destacar: o predomínio do latifúndio e a monocultura; a utilização da mecanização, de produtos químicos, de estufas, de sistemas de irrigação; o aproveitamento intensivo do solo; a busca do máximo de produção com o mínimo de investimento para alcançar o maior lucro possível; produção pautada nos grandes mercados nacionais e internacionais; e, possui elevado rendimento e produtividade. Esse processo facilitou a exportação de muitos produtos em um pequeno espaço de tempo e por um custo relativamente vantajoso. Em contrapartida, o uso de fertilizantes aumentou de tal forma que os itens produzidos também apresentavam qualidade inferior, já que tinham deixado de ser tão naturais como antes.

propriedade, isto é, a agricultura se vincula à indústria.

Esse apontamento indica não somente um avanço técnico nos recursos disponíveis para a prática agrícola, mas uma submissão ao mercado capitalista, tanto no aspecto produtivo, quando nas ferramentas/mecanismos utilizados e inseridos nessa atividade. A própria terra assume caráter de propriedade, sendo-lhe atribuído valor econômico de mercado. Conforme destaca Morissawa (2001), essa transformação representou um processo de mudança na economia: a terra deixa de ser a principal fonte de riqueza e a produção em grande escala passa a ser dirigida para o mercado internacional, consolidando o capitalismo como sistema dominante.

Ainda no quadro das transformações do espaço rural, Oliveira (2007) aponta que através da aceleração da transformação da produção agrícola em produção de mercadorias, a manutenção da situação primitiva de venda direta do produtor aos consumidores tornou-se praticamente impossível, pois quanto maiores eram as distâncias e a duração das viagens aos mercados para os quais o camponês produzia mais difícil era vender diretamente aos consumidores. Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. Nesse aspecto, é possível identificar na Feira do Produtor de Toledo, embora em um contexto histórico diferente, uma distinção à lógica das relações predominantes capitalistas: o desenvolvimento desta atividade no município teve desde sua gênese o objetivo de contato direto do produtor com o consumidor, ou seja, o próprio indivíduo responsável pela produção busca na feira comercializar seus produtos.

Marx (2017) estabelece uma relação entre a produção agrícola e a produção da fábrica no processo de desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, o pressuposto de que o modo de produção capitalista se apoderou da agricultura implica que ele exerce um domínio sobre todas as esferas de produção e da sociedade civil, ou seja, que suas condições, como a livre concorrência de capitais, a possibilidade de que eles se transfiram de um ramo de produção a outro, um nível similar de crédito, entre outros, se apresenta em plenitude. Esses aspectos influenciam diretamente no caráter da propriedade:

A forma de propriedade fundiária é uma forma histórica específica, a forma transformada mediante a influência do capital e do modo de produção capitalista, seja da propriedade fundiária feudal, seja da agricultura de pequenos camponeses voltada à subsistência, na qual a posse da terra constitui um dos pré-requisitos da produção para o produtor direto, e em que sua propriedade aparece como a condição mais vantajosa para a prosperidade de seu modo de produção. Assim como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro (MARX, 2017, p.675).

No entendimento do autor, o modo de produção capitalista se aplica na agricultura sob a perspectiva de transformação desta atividade em renda, ou seja, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores e com as condições de realização de seus valores. Há também o poder da propriedade fundiária de se apropriar de parte dos valores criados sem a participação efetiva, tornando uma parte crescente do mais-valor convertida em renda fundiária. Com o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades, a agricultura foi se transformando. Essas mudanças implicaram diretamente no trabalhador rural, que no seu processo adquiriu características distintas em cada país (regiões), mas no geral havia um traço comum: a condição de trabalhador assalariado e explorado sob a lógica do capitalismo, ou seja, determinando novas relações de trabalho e produtivas.

De acordo com Oliveira (2007) a agricultura se desenvolveu em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais pelos junkers prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção na Ásia, África e América.

Avançando cronologicamente no percurso histórico de mecanização da agricultura no quadro do desenvolvimento do capitalismo, temos um marco importante na formatação desse sistema produtivo em meados do século XX: a Revolução Verde. Conforme destacam Montoya e Guilhoto (2001) com base na Revolução Verde a partir

dos anos de 1950, os sistemas produtivos agrícolas sofreram transformações importantes no cenário econômico mundial. Os reflexos se fizeram presentes em diversos países, à medida que alcançavam saltos de produtividade através da incorporação de novos fatores de produção, como o melhoramento de sementes, adubos químicos, agrotóxicos e máquinas agrícolas.

No Brasil, o conjunto dessas transformações estruturais foi conhecido como a fase de “modernização da agricultura”. Posteriormente, com a expansão da produção industrial, assentada no “modelo de substituição de importações” – inicialmente dirigida para a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital -, a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando rapidamente a se integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como “complexos agroindustriais” ou “agronegócios”. Com base nesses fatos, pode-se afirmar que a produção rural passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura (a montante) e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a juntante) (MONTROYA e GUILHOTO, 2001, p. 180).

Essa transformação na organização e na forma de produzir no campo fomentou aquilo que hoje conhecemos como agronegócio, que, de modo geral, é definido como o conjunto de atividades que vão do trabalho agropecuário até a comercialização do produto. Atualmente, o agronegócio ocupa um papel importante no balanço econômico. Sua produção de bens e renda. Conforme dados do CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP), os valores produzidos pelo agronegócio representaram 21,6% do valor total do PIB brasileiro no ano de 2017. No caso de Toledo (espaço de análise do feirante) especificamente, o agronegócio tem uma influência ainda maior na economia do município. De acordo com cálculo realizado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná, o agronegócio gerou, de acordo com o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuário do Paraná, uma receita de 2,1 bilhões de reais no ano de 2017, destacando-se na produção de suínos, aves e peixes e no cultivo de soja e milho. Isso significa uma participação desse segmento econômico de cerca de 1/3 do PIB municipal, tendo uma grande relevância nas relações produtivas e comerciais locais do município.

O conceito de agronegócio é oriundo do termo *agribusiness*, elaborado nos EUA em 1957 pelos professores da Universidade Harvard, John Davis e Ray Goldberg, buscando entender a nova realidade da agricultura, que deixava de ser uma atividade exclusivamente primária, dependendo agora diretamente de um complexo de bens, serviços e infraestrutura que envolvem agentes diversos e interdependentes. Conforme destaca Araújo (2007) o *agribusiness* era definido como:

(...) o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários 'in natura' ou industrializados. (RUFINO, 1999, *apud* ARAUJO, 2007, p.16).

Conforme definição da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o agronegócio atual se apresenta a partir de três conceitos:

1. é uma rede que envolve desde a produção e comercialização de insumos, passando pela própria produção agropecuária, até a transformação, distribuição e comercialização de produtos agropecuários. A produção e a comercialização de insumos envolvem desde a extração de matéria-prima, beneficiamento até a distribuição e comercialização dos mesmos para a produção agropecuária.
2. é um sistema constituído de cadeias produtivas compostas de fornecedores de insumos e serviços, produção agropecuária, indústria de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, tendo como objetivo comum suprir o consumidor de produtos de origem agropecuária e florestal.
3. é um conjunto de operações de produção, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agroflorestais que incluem serviços de apoio e objetivam suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.

Apesar do aprofundamento e do processo de hegemonização das relações produtivas capitalistas no campo, este espaço esteve marcado pela presença de

sujeitos³, que de forma simplificada, buscaram a manutenção de sua reprodução social e subsistência. Nesse sentido, a expansão agrícola, esteve acompanhada da presença do pequeno agricultor, que em toda extensão territorial brasileira, ocupou e desenvolveu suas atividades produtivas predominantemente na pequena propriedade e com a utilização da força de trabalho familiar, por meio de recursos e técnicas desprovidas de grandes avanços tecnológicos.

A partir dessa caracterização, trazemos o recorte específico sobre o espaço geográfico do objeto de estudo: a região oeste do Paraná. A partir dos anos de 1930 ocorre a expansão da fronteira agropecuária brasileira, nos marcos do desenvolvimento capitalista brasileiro nessa faixa territorial. Conforme destaca Swain (1988), o Estado atuou na ocupação do norte e oeste paranaense através da concessão e/ou venda de terras para companhias privadas de colonização e pela realização de projetos públicos de colonização. A ocupação foi realizada priorizando a pequena propriedade, com o desenvolvimento de extração florestal, produção de café e produção de alimentos, principalmente milho e feijão, para abastecer o mercado interno brasileiro.

Ainda segundo esse autor, a ocupação territorial do oeste paranaense contou

³ A noção de sujeito é objeto de aproximações e distanciamentos no debate das Ciências Sociais. Dentre os teóricos que discutem a sua concepção, podemos destacar Touraine e Foucault, os quais centram o sujeito no interior das micro-relações sociais, em suas contradições culturais, econômicas, políticas e pessoais. Segundo Touraine (1992, p.247) “o sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre a vivência para que ela tenha sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em agente inserido nas relações sociais, transformando-as, mas sem nunca se identificar por completo com um grupo, com uma coletividade”. Ou seja, o sujeito se forma pelo desejo de escapar das forças, das regras, dos poderes que impedem o indivíduo de ser ele mesmo; das forças e poderes que buscam reduzir o indivíduo a um componente do sistema, por meio do controle de sua atividade e de suas interações sociais. Para Foucault (2000, p. 351), o sujeito se constitui a partir de três eixos: o saber, o poder e a ética. Para o autor, nesses domínios se exercem tanto práticas de dominação, quanto práticas de liberdade. Isso indica que na ontologia histórica dos seres humanos foram constituídos “como sujeitos que exercem e sofrem relações de poder, e como sujeitos morais de nossas ações”. Conforme Furlin (2011, p. 16), “a concepção de sujeito de Touraine e Foucault, sobretudo nos seus últimos escritos, tem recebido algumas críticas por ser considerada demasiadamente individualista e personalista, cuja força estaria centrada num eu, um tanto prepotente, capaz de dar rumo a sua própria história, desvinculado de um contexto sociocultural mais amplo, que exerce influência nas relações sociais. Entretanto, um estudo mais aprofundado nos revela que a concepção identificada como sujeito ético em Foucault e sujeito pessoal em Touraine possui, sim, fortes vínculos com as dinâmicas sociais, uma vez que o sujeito se constitui no interior de contextos socioculturais, localizados e concretos. A forte ênfase no sujeito não o isola das relações sociais, mesmo que este seja construído na experiência, por meio das técnicas de si ou pela consciência de si, na referência aos direitos culturais”. A partir desses referenciais, a noção de sujeito empregada neste trabalho busca contemplar o resultado das experiências e resistência a um modelo econômico-social predominante, a qual permeia a ação dos produtores organizados na feira.

com contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais e dos diferentes Estados do Nordeste. No que se refere ao desenvolvimento das atividades econômicas, os anos do final da década de 1960 e início da década de 1970 foram caracterizados pelo início de mecanização da agricultura brasileira, a chamada Revolução Verde, promovida pelo governo militar, sob pretexto de aumentar a produção de alimentos, promovendo na região oeste paranaense a eliminação dos cafezais e incentivo à produção de culturas mecanizáveis, como a soja, para atender à demanda internacional.

Influenciada pelos limites impostos pela mecanização agrícola e conseqüentemente o aprofundamento da dinâmica capitalista no campo, a pequena agricultura tradicional foi impactada diretamente na sua forma de reprodução social. No caso de Toledo, espaço territorial caracterizado desde sua colonização por estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte, também não escapou da influência das relações dominantes do agronegócio, sendo atualmente um dos polos nacionais dessa atividade produtiva.

Apesar da preponderância do modelo de produção do grande capital e das características particulares do contexto rural do município de Toledo, é importante considerar a existência de experiências e práticas presentes nesse meio desde o início do processo de expansão da fronteira agrícola nos anos de 1930: a pequena agricultura. Apesar dessa prática estar localizado dentro do sistema gerido pela lógica das relações produtivas do grande capital, os pequenos agricultores/agricultores familiares buscam em suas formas próprias e simples reproduzir a sua vida/subsistência.

Conforme destacam Schallenberger e Colognese (1993) o início do desenvolvimento de Toledo se deu em torno das pequenas propriedades rurais em regime de policultura, ou seja, em torno da produção da agricultura familiar que produzia bens necessários à subsistência da família de forma dinâmica, diversificada e autossuficiente, destinando o excedente produzido ao mercado para suprir as necessidades não contempladas na produção agropecuária.

Tendo esse sujeito presente na pequena agricultura como um dos expoentes históricos que marcam sua prática e experiência produtiva, trazemos alguns apontamentos conceituais que indicam a sua caracterização.

Acerca das perspectivas analíticas, nas quais se envolve o conceito de agricultura familiar ou produção familiar, Tedesco (1999, p.33) destaca que parte da literatura que discute essa categoria é quase unânime em postular “alguns pressupostos comuns para caracterizá-la, dentre os quais: a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições; a família como proprietária, trabalhadora e produtora”. Porém, o mesmo autor cita que no final do século XX parte da literatura que aborda os novos processos sociais agrários identifica características de formas de produção de pequenos agricultores sobrepostas ao processo de produção mercantil. Segundo o autor:

É em torno da dinâmica terra, família e trabalho que o processo de tecnificação e os colonos organizam seus valores de vida e de (re)produção social. Evidenciam-se estratégias de trabalho, de reprodução, as quais, ainda que inseridas e alimentando os processos citados, levam em conta fatores internos (TEDESCO, 1999, p.33).

Nesse sentido, o autor indica a importância da análise do pequeno agricultor em sua realidade a partir de sua forma de vida e organização, que nas suas distinções, convergem em traços produtivos mercantis da unidade familiar. Embora a pequena agricultura siga modelos próprios e simples, de acordo com o contexto onde ela está inserida, as transformações da grande produção impactam na realidade destes produtores.

Tedesco (2001) destaca que o ponto de transformação da agricultura tradicional para o modelo moderno-produtivista, baseado na racionalidade técnico-econômica e agrônômica, ocorre na relação produtiva agrícola e industrial:

Esse aprofundamento das relações entre a produção agrícola e o restante da economia, fundamentalmente a indústria, é o que distingue a agricultura moderna (produtivista) daquela onde o processo produtivo era esgotado no interior da unidade. O processo de modernização, por ter sido induzido pelos grandes grupos interessados e envolvidos com o setor (agrário e industrial), desenvolveu a crescente intersetorização: essa, por sua vez, mesmo tendo tido consequências, aprofundou ainda mais o processo, generalizando-se. Tal generalização não significa que o processo tenha sido homogêneo no sentido do uso de insumos e integração agroindustrial; pelo contrário, evidenciou a heterogeneidade socioeconômica regional dos produtos, de formas de contato com a terra e com as dinâmicas dos mercados (TEDESCO, 2001, p. 115).

O conjunto dessas noções conduziu o processo de mecanização agrícola no Brasil pela via da industrialização, possibilitando a inserção e ampliação de demanda no mercado internacional. Conseqüentemente, ocorreram as transformações do meio rural, num processo que incide diretamente no comportamento e relações de produção destes sujeitos.

Conforme destacam Delgado e Bergamasco (2017), a sociedade brasileira é recortada, no tempo e espaço, por interesses conflitantes de grupos e classes sociais. Destas oposições resultam expressões distintas de desenvolvimento, disputando concepções de rumos a serem dados à sociedade. Dessa forma os autores apontam para dois projetos antagônicos no que concerne ao desenvolvimento rural brasileiro: de um lado o projeto hegemônico, centrado na grande empresa agropecuária, que se fundamenta na grande propriedade e na concentração dos demais recursos produtivos e para a qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado; e, por outro lado, fazendo uma contraposição, um outro modelo de desenvolvimento, que vem se consolidando no Brasil, cujos principais elementos são o reconhecimento de outras formas de agricultura e de vida no campo. No último caso, fundamentado na concepção territorial e não setorial, esse modelo visa o desenvolvimento da agricultura familiar em sua grande diversidade e o reconhecimento das particularidades das comunidades tradicionais, parcela importante das populações do campo.

Conforme destaca Andrade (2010), o município de Toledo dispunha de uma agropecuária de subsistência durante o início de sua formação, pautada, principalmente, da utilização da força de trabalho familiar. Contudo, com a mecanização agrícola, surgiram novas formas de produzir e, por conseqüência, houve uma mudança na estrutura da região, com propriedades rurais maiores, migração rural para as cidades e diversificação de produção para os pequenos produtores rurais.

Nesse contexto, as feiras livres passaram a ser utilizadas pelos agricultores familiares para comercializar parte de sua produção. De acordo com Zardo (2012), as feiras municipais passaram a receber agricultores que levam sua produção até os centros urbanos dos municípios da região oeste do Paraná, ofertando diretamente seu produto a população local. Segundo o autor, este canal de comercialização é bastante tradicional

em muitas cidades, apresentando funcionamento variado e se utilizando de espaços públicos centrais periodicamente. Além disso, essa alternativa se caracteriza com um canal curto de comercialização com o consumidor.

Essa caracterização é importante para a compreensão da gênese da Feira do Produtor, que tem nesse contexto as raízes de sua formação. Diretamente, falar dos produtores organizados na Associação dos Feirantes de Toledo remete à discussão dos sujeitos envolvidos em sua formação, isto é, os pequenos agricultores/e ou agricultores familiares, que a partir de suas primeiras experiências nesse modo de comercialização, abriram o caminho para que fossem ocorrendo mudanças e ampliando o espaço de atuação com a inserção de novos associados no decorrer de seu processo de efetivação.

Nesse sentido, buscamos caracterizar este sujeito oriundo da pequena agricultura que buscou na diversificação produtiva e no trabalho familiar a sua reprodução social. Tomando como referência o quadro organizativo do espaço rural brasileiro, o estudo desse ator social requer algumas definições acerca de si. Segundo Carvalho (2005, p.171), o agricultor familiar moderno constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Shanin (*apud* ABRAMOVAY, 2012, p.119) por sua vez, entende esse campesinato moderno como uma entidade social interligada em quatro facetas: a unidade familiar como unidade básica multifuncional de organização social, o trabalho na terra, geralmente aliada à criação de animais para a subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida de pequenas comunidades rurais e a sujeição multidirecional a poderes exteriores. Como indicam os autores, a reprodução desse sujeito é resultado de um processo histórico particular, influenciado pelas transformações sociais hegemônicas, mas que preserva aspectos peculiares na organização de seu trabalho e conseqüentemente de seu comportamento produtivo.

A partir dessa caracterização que permite definir genericamente esse sujeito inserido na pequena agricultura, é importante compreendermos a sistematização de seu trabalho e produção, compreendida na dinâmica da agricultura familiar. De acordo com Blum (2001), a agricultura familiar é definida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária) com base em três características: a propriedade é gerenciada pela família; o trabalho é desenvolvido pelo núcleo familiar; os fatores de produção (com exceção da terra em algumas ocasiões) pertencem a família, sendo passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerenciadores. Segundo o autor:

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (BLUM, p.62, 2001).

Além desses fatores, destaca-se a extensão territorial da propriedade onde é desenvolvida a atividade agrícola, bem como o fato da família morar e viver na comunidade rural onde desenvolve sua atividade econômica. No caso brasileiro, a referência limite é de 100 hectares, o que corresponde a 88,84% dos estabelecimentos rurais do país. Outro fato importante nessa caracterização que ocorre na definição de propriedade familiar é o fato de a família morar e viver na comunidade rural, participando de suas atividades econômicas.

Numa definição dessa categoria social que permite uma aproximação analógica do contexto das primeiras experiências de feira realizada por pequenos produtores rurais em Toledo, Maria de Nazareth B. Wanderley (2001, p. 23) aponta que a “agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais a obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional”, o que não implica necessariamente em uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores. Em outras palavras, sua reprodução social é influenciada pelas relações sistêmicas predominantes, sem, no entanto, modificar integralmente a sua forma de produzir e se relacionar com os mercados.

Ainda no campo da caracterização do agricultor familiar moderno, Abramovay (2012) o destaca como sendo definido pela sua inserção em uma sociedade onde predominam relações capitalistas de produção e troca, isto é, busca o seu desenvolvimento no interior desse processo. Buscando ir além do entendimento desse

sujeito sob os traços da figura do camponês, superado com o avanço do capitalismo, o autor (2012, p.33) enfatiza que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Ainda no debate da forma de produção da agricultura familiar, Wanderley (2001) enfatiza que esta é uma categoria tradicional, embora deva ser compreendida de forma abrangente, dispondo de ampla diversidade. Segundo a autora:

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Nesse sentido, a autora destaca três formas de agricultura familiar nas sociedades modernas. A primeira delas, o campesinato tradicional (em países da Europa), que continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Podem-se identificar em vários países setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto na forma de produzir quanto na sua vida social. A segunda delas, as formas modernas de agricultura familiar, que sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, globalização da economia, etc. – tentam adaptar-se ao novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna. E, por último, as formas modernas de agricultura familiar e a prática fundamentada na racionalidade moderna, em que o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No contexto destas três formas de produzir e de suas relações sociais caracterizadas acima, é possível traçar um paralelo com a experiência dos feirantes de Toledo na forma moderna de agricultura familiar, em que pequenos agricultores, em face às transformações produtivas do campo e ao êxodo rural, buscaram a manutenção de sua reprodução num processo de produção integrado

diretamente aos consumidores da cidade.

Nesse quadro, dentro de uma perspectiva de integração da pequena agricultura à sociedade pautada na produção industrial, Wanderley (2001) destaca que:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que nas suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro (WANDERLEY, 2001, p.35).

A autora aponta que os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com os mecanismos que possuem e que aprenderam a utilizar no decorrer do tempo, ou seja, a partir uma experiência de vida social construída a partir de uma agricultura de base familiar, cuja presença no meio rural constitui a matriz da história regional e local e cujos projetos e estratégias a tornaram mais integrada ao conjunto da sociedade. Nesse contexto, a produção voltada à comercialização na feira em Toledo durante a década de 1980 buscou preservar a autonomia sobre a produção ao mesmo tempo em que buscou a integração aos mercados paralelos as relações hegemônicas.

Embora a noção de agricultura familiar possa explicar o comportamento produtivo dos pequenos produtores rurais que iniciaram as experiências de feira em Toledo, podemos recorrer à outra categoria explicativa desse contexto: a noção de pluriatividade. Embora seja necessário resguardar os limites de sua aplicação entre esses indivíduos, é importante destacar nesse quadro analítico a presença de fenômenos ou formas de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas presentes nesse espaço que se aplicam a parte destes feirantes.

Buscando uma definição objetiva da concepção de pluriatividade na agricultura familiar, Sergio Schneider afirma:

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas

e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas (SCHNEIDER, 2005, p. 79).

Nesse sentido, tomamos a caracterização e inserção de atividades em espaços urbanos, fomentando uma nova estrutura social e econômica, a qual permite ao pequeno produtor rural manter-se naquele meio e exercer, paralelamente, outra atividade, neste caso, a comercialização de produtos não agrícolas na Feira do Produtor. Assim, estas pequenas unidades familiares de produção agrícola são caracterizadas pelo pluriativo, ou seja, o trabalho familiar não é utilizado integralmente na agricultura, permitindo uma divisão do trabalho familiar entre as atividades executadas dentro e fora da propriedade.

Conforme Sergio Schneider (2009, p. 237), “a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas”. Como destacado, faz parte de uma cadeia de mecanismos e estratégias que viabilizam formas familiares de produção no campo.

No caso da Feira do Produtor de Toledo, alguns feirantes podem ser classificados nesse contexto. Desde as primeiras experiências de Feira do Produtor Rural no município, conforme relatos, havia, por exemplo, a comercialização de produtos artesanais. Reafirmando essa concepção, Tedesco (1999) chama de questão da pluriatividade ou agricultura de tempo parcial, entendida como algo novo em termos de relação de produção no meio rural, sendo, no entanto, vista mais sob a ótica das transformações empresariais e globalizadas do que das redefinições pelas quais a família passa, como unidade produtiva, o meio rural em geral, a lógica e a simbólica que mapeia os vínculos práticos com a terra e o convívio familiar.

1.2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA NO QUADRO DA AÇÃO COLETIVA.

Neste contexto, a pesquisa realizada buscou estudar uma realidade que ocupa um espaço reconhecido na cidade de Toledo, a Feira do Produtor, que no campo da

pesquisa das Ciências Sociais oferece um espaço importante de estudo. Isso porque a mesma pode ser considerada um espaço consolidado de comércio no município.

A AFERTOL apresenta-se como uma associação que marca a organização da Feira do Produtor e que possui ideias comuns formalizadas quanto ao seu funcionamento. No entanto, as expectativas individuais quanto à forma de organização e o desenvolvimento de projetos são vistos dentro do contexto plural que constituem o corpo de associados. Nesse sentido, pretende-se aprofundar a discussão desse a partir do quadro teórico da ação coletiva, centrada na análise da associação dos feirantes.

É possível afirmar que o desenvolvimento de relações produtivas baseadas no modelo capitalista impôs uma reconfiguração do espaço rural e urbano brasileiro, determinando a ocupação e organização destes espaços. No que se refere a localidades onde as relações predominantes de agronegócio estão estabelecidas, como no caso de Toledo, evidenciam-se ligações diretas entre esses dois espaços, estreitando os laços destes espaços. Ainda que nesse contexto as relações produtivas do agronegócio determinem a organização de mercado deste local, é possível identificar outras formas de produção que buscam se inserir nesse espaço, estabelecendo uma cadeia produtiva e comercial.

Nesse contexto, encontramos os feirantes de Toledo, que através de sua organização associativa, promovem a construção de uma alternativa de pequena produção e comercialização direta, tendo neste instrumento uma forma de incremento de renda nos orçamentos familiares. Nesse sentido, produtores urbanos e rurais encontraram na experiência de organização associativa a forma de acesso direto aos mercados, estabelecendo uma relação direta com os consumidores.

No que concerne à problematização desenvolvida na pesquisa, buscamos a partir da experiência do feirante na organização associativa, analisar os marcos efetivos de ação na construção do grupo. Para isso, tomamos no arcabouço teórico de alguns pensadores sociais o subsídio para entendermos a problemática da ação coletiva sob a perspectiva da análise das relações de poder entre lideranças e feirantes, bem como sobre os aspectos subjetivos que envolvem essas relações na construção da participação na organização da associação.

Nesse sentido, mais do que uma simples descrição de temas e ações que

envolvem o contexto histórico de formação da Feira do Produtor, o principal objetivo da pesquisa, foi refletir sobre as modificações que esta organização e a sua consolidação engendram no dia a dia e nas relações dos sujeitos que constituem esse grupo por meio da associação.

O objetivo é ir além da descrição da formação história da Feira do Produtor, no intuito de refletir sobre a constituição da associação destes feirantes e conseqüentemente de sua ação enquanto grupo associativo, tendo no debate teórico da ação coletiva o referencial para analisar como se manifesta a relação entre esses sujeitos. Existem várias considerações sobre a ação coletiva, ligadas a diferentes contextos de análise de pequenos ou grandes grupos que se organizam na sociedade. Em grande parte, estão vinculados à análise dos movimentos sociais, como as obras de Alain Touraine e Mancur Olson que analisam a organização sindical e sua relação com o Estado, para citar algumas das mais importantes.

A obra de Olson promove a elaboração de uma teoria social para demonstrar que o comportamento dos grupos de indivíduos organizados para a realização de objetivos comuns não segue a mesma lógica do comportamento individual supostamente racional e centrado em interesses pessoais. Para isso, o autor estuda alguns grupos sociais e grandes organizações norte americanas, analisando aspectos do comportamento coletivo, para formulação de uma teoria que se aplica, mais adequadamente, às organizações com significativo componente econômico. O autor sustenta que, quando há objetivos econômicos envolvidos, grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns, ou seja, confrontados com certas metas coletivas, os indivíduos tendem a assumir uma posição de auto interesse em situações que envolvem benefícios coletivos que estimulam a associação.

Buscando elaborar um quadro teórico dos grupos sociais e das organizações, Olson afirma que os interesses que os agrupamentos devem promover são majoritariamente interesses comuns. Segundo o autor (2015, p. 19), “não há obviamente nenhum sentido em formar uma organização quando a ação individual independente puder servir aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor que uma organização”. Objetivamente, a constituição orgânica coletiva deve dar conta de alcançar metas que não seriam possíveis individualmente. Ainda nesse sentido, o autor argumenta:

As organizações podem, portanto, desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função e característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos (OLSON, 2015, p. 19).

Nesse sentido, Olson (2015) entende que o ponto de partida para início do estudo sistemático sobre organizações é o seu propósito, o qual tem como característica na maioria das organizações a busca da promoção dos interesses de seus membros. Assim, como aponta o autor (2015, p.19) “não há obviamente nenhum sentido em formar uma organização quando uma ação individual independente puder servir aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que uma organização”. As organizações podem desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função e característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos.

Embora o conceito de ação coletiva definido por Olson indique que a união entre pessoas tem como objetivo a busca de interesses e propósitos comuns, o autor (OLSON, 2015, p. 20) afirma “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização”.

O pressuposto utilizado por Olson para a elaboração da teoria da ação coletiva parte da ideia de que os grupos agem para promover seus interesses baseados na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesses pessoais e individuais. De modo geral, a ideia de que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais é concebida como uma extensão lógica dessa premissa amplamente aceita do comportamento racional e centrado nos próprios interesses.

Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm interesse ou objetivo comum, e se todos eles ficariam em melhor situação se esse fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para esse objetivo (OLSON, 2015. p.14).

No entanto, o autor descarta a ideia de que os grupos agem para atingir seus

objetivos a partir de uma sequência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. De acordo com Olson:

(...) os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão promover seus interesses comuns ou grupais. Em outras palavras, mesmo que todos os indivíduos de um grupo grande sejam racionais e centrados nos próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns ou grupais. (OLSON, 2015, p. 14).

O autor aponta que os indivíduos só se afiliam a um grupo quando há possibilidade de conseguir algo através desse pertencer. Em outras palavras, Olson defende que, ao contrário de uma ação individual independente, uma ação coletiva é muito mais eficiente na defesa dos interesses do indivíduo. Para o autor, a noção amplamente difundida, presente em todas as ciências sociais, de que os grupos tendem a promover seus interesses é, portanto, injustificável, pelo menos quando se baseia, como geralmente ocorre, na pressuposição de que os grupos agem em interesse próprio porque os indivíduos também o fazem. No entanto, conforme o autor, “a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum” (OLSON, 2015, p.15). Assim, nem sempre os interesses comuns produzem uma ação coletiva. Como afirmado anteriormente, isso não segue um processo lógico. O fato de todos possuírem um interesse comum não significa que esses irão se organizar para produzir uma ação coletiva em prol desse interesse.

Olson chama a atenção para a complexidade dos pequenos grupos. Segundo o autor:

Nos grupos pequenos pode muito bem ocorrer alguma ação voluntária em prol dos objetivos comuns dos indivíduos do grupo, mas na maioria dos casos essa ação cessará antes que os resultados atinjam um nível ótimo para os membros do grupo como um todo. Nos grupos pequenos há, contudo, uma surpreendente tendência à exploração do grande pelo pequeno na partilha dos custos dos esforços para atingir um objetivo comum (OLSON, 2015, p.15).

A dificuldade para analisar a relação entre o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo no grupo reside em parte no fato de que cada indivíduo em um determinado grupo pode conferir um valor diferente ao benefício público desejado por

seu grupo. Contudo, o ponto que permanecerá válido em todos os casos é que a função custo total será ascendente, visto que os benefícios coletivos são com certeza parecidos com os benefícios não coletivos na peculiaridade de que quanto mais se obtiver o benefício, mais altos serão os custos totais.

Ao analisar os grupos pequenos, Olson chama atenção para o custo inicial elevado para a organização deste. Segundo o autor, algumas vezes, um grupo tem de construir uma organização formal para poder lutar pela obtenção de um benefício coletivo e o custo para montar uma organização implica que a primeira unidade do benefício coletivo obtido será relativamente alta. O resultado dessa relação do nível de obtenção de benefício coletivo, de acordo com o autor (2015, p.35), é “que cada indivíduo obterá uma determinada fração do ganho total do grupo, parte essa que dependerá do número de integrantes do grupo e do quanto o indivíduo será favorecido com esse benefício em relação aos outros membros do grupo”. Em outras palavras, o que o grupo fará dependerá do que os indivíduos desse grupo fizerem, e o que os indivíduos farão dependerá das vantagens relativas que lhes oferecerão os cursos de ação alternativos.

Conforme destaca Zauli (2000), Olson argumenta que o postulado da racionalidade individual não autoriza a conclusão de que indivíduos com interesses comuns produzirão ações coletivas. Ao contrário, o postulado da racionalidade individual aponta para a tendência de que os indivíduos se abstenham de qualquer engajamento em ações coletivas destinadas à provisão de seus bens, a não ser que haja coerção ou outro tipo de incentivo que leve os membros do grupo a agir com o interesse comum.

De modo geral, a partir dessa formulação, a ação coletiva é compreendida como o resultado da interação entre os indivíduos que possuem interesses em comum, os quais acreditam que individualmente é mais difícil conquistar determinados objetivos do que em grupo. Porém, sempre há fatores a serem respeitados e superados para que os ganhos coletivos se sobreponham aos ganhos individuais, para que se mantenha a homogeneidade e se atinjam os interesses da coletividade.

Para Cefai (2007, *apud* Ribeiro, Andion, Burigo, 2015) a ação coletiva pode ser definida como a tentativa de constituição de um bem coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que buscam alcançar um objetivo partilhado em um contexto de cooperação e competição com outros coletivos. Nesse quadro, a experiência

associativa dos feirantes de Toledo indica que o seu reconhecimento e a possibilidade de atuação nessa atividade requerem uma organização coletiva, haja vista a necessidade de concorrer com mercados dominantes.

Apesar da noção de ação coletiva indicar para grupos de interesses comuns em face a objetivos econômicos, Lazzaretti (2007) pondera quanto ao uso de modelos econômicos para a análise dos grupos sociais e da ação coletiva. Segundo ele, cabe questionar a perspectiva fechada e utilitarista de Olson, apontando para a possibilidade de mostrar outras inter-relações sociais, isto é, a partir de elementos que considerem a especificidade e diversidade de uma organização.

Ainda na perspectiva de análise a partir da especificidade e da diversidade de um grupo, Crozier e Friedberg (1977, *apud* LAZZARETTI, 2003) enfatizam que a ação coletiva é uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, a começar pela explicação das suas condições de emergência e de permanência. Segundo os autores, a noção de ação coletiva e ação organizada se confundem. Apesar de apresentarem algumas características especiais, as organizações nada mais são que um contexto de ação como outro qualquer. Portanto, ação coletiva é o resultado de uma construção social para alcançar objetivos comuns em meio a comportamentos divergentes e contraditórios de atores relativamente autônomos com recursos e capacidades particulares. Envolve um mínimo de organização dos campos de ação, formalizada e consciente ou fruto da história, dos costumes e das crenças, buscando sua evolução e as regras que as mantêm no sentido de que existe um sistema de ação concreto que mantém o escopo estrutural.

Nesse sentido, Sabourin (1999) aponta que a ação coletiva é um processo interativo decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir de trajetórias sociais dos indivíduos e da experiência construída no interior dos grupos. Isto é, um processo de aprendizagem coletiva, entendida como os conhecimentos ou valores que os indivíduos fazem circular durante a interação no contexto de uma ação organizada, de forma a promover mudanças estáveis na maneira de se comportar dos indivíduos. A sua construção se dá pela confrontação de representações individuais ou coletivas que geram um referencial comum, ou seja, novos conhecimentos e novas representações coletivas. Ao mesmo tempo, permite a realização de acordos internos para incorporar e

adaptar regras às necessidades dos membros de um grupo e sua implementação apresenta novos desafios e novas oportunidades de aprender.

Retomando a perspectiva utilitarista de ação coletiva, Melo Junior (2007) destaca que a grande inovação trazida por Olson na obra “A Lógica da Ação Coletiva” foi enquadrar os movimentos/organizações sociais em grupos de interesses. Essa percepção seria a mola propulsora para organização e estruturação dos movimentos sociais, sendo o principal motivo para as mobilizações. Dessa forma, as ações coletivas são precedidas de cálculos racionalmente elaborados com o intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar individualmente. Nas palavras de Olson (2015, p. 19), “não há obviamente nenhum sentido em formar uma organização quando uma ação individual independente pode servir aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que uma organização”. Isto é, a inserção individual a um grupo é permeada pela possibilidade de algum ganho a partir dessa ação.

Ainda segundo Melo Junior (2007), a ação coletiva está ligada apenas a um campo de ação, o que quer dizer que ela está sempre relacionada a um determinado local ou grupo de interesses que servem como condutores para sua realização. Assim, a ação sempre se realiza a partir de situações próprias que acabam demandando a articulação de estratégias específicas por parte dos grupos envolvidos: “(...) Logo, a ação é construída através da interpretação da situação, consistindo a vida grupal de unidades de ação desenvolvendo ações para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas (...)” (HAGUETTE, 2005: 29, *apud* MELO JUNIOR, 2007, p.66).

Tendo como referência a noção de ação coletiva, busca-se a partir desse pressuposto elencar os elementos que determinam as decisões políticas, econômicas e culturais do feirante, tendo como objetivo compreender a estratégia de inserção nos mercados e da elaboração de alternativas que garantam a produção e manutenção de sua atividade e reprodução social.

1.3 O LUGAR DA FEIRA: CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO E OS PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Segundo registros oficiais⁴, as primeiras famílias que se estabeleceram em Toledo, instalando acampamentos, no dia 27 de março de 1946. Registros de 1905 e 1906 atribuem vínculo ao nome de 'Pouso Toledo', recanto de descanso de tropeiros ao longo de uma picada utilizada para transporte de produtos, especialmente da erva-mate, comercializados por estrangeiros que possuíam glebas na região oeste do estado do Paraná, onde o município está inserido.

Sobre a reocupação regional do espaço onde está situado o município de Toledo, Crestani (2016) afirma que a colonização agrícola da região foi impulsionada com propostas econômicas e geopolíticas que tinham como objetivo ocupar e colonizar a fronteira Oeste, permitindo a exploração e integração desta fronteira ao Estado. Logo, o processo de ocupação se iniciava com a intervenção do Estado na distribuição das terras para a formação de colônias agrícolas que incentivassem a vinda dos imigrantes. Após 1930 este processo acabou nas mãos das companhias colonizadoras privadas que adquiriram essas colônias de grande extensão para a exploração das riquezas naturais e valorização das terras.

Conforme dados do IBGE⁵, o município de Toledo apresentava em 2017 uma estimativa populacional de 135.538 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 1.198,607 Km². De acordo com o Censo Demográfico de 2010⁶, 90,73% da população do município reside no espaço urbano, enquanto 9,26% está domiciliada na zona rural.

Do ponto de vista econômico, a economia do município de Toledo está em 11^o no estado do Paraná. De acordo dados divulgados em 2017 pelo DERAL⁷ (Departamento de Economia Rural) da SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento) apontam que o município ocupa o 1^o lugar no Valor Bruto da Produção (VBP) do estado. O resultado da safra recorde e a produção de animais do município somaram R\$ 2.184.768.437,26 no VBP. Os indicadores apontaram um crescimento de 10,69% em

⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/historico>. Acesso em 02 de março de 2018.

⁵ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama>. Acesso em 02 de março de 2018.

⁶ Fonte IBGE.

⁷ Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em 02 de março de 2018.

relação ao ano anterior. O peso e importância econômica das atividades agropecuárias para o município o colocam como uma das referências no contexto produtivo do agronegócio.

De acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário⁸ realizado em 2017, o município de Toledo dispõe de 2609 unidades rurais, distribuídas numa área de 98.047,368 hectares, predominando o cultivo de soja e milho e a produção pecuária de leite, suínos e frangos. O município de Toledo, apesar de uma população predominantemente urbana (93,5%) tem como uma das principais características o elo direto com o mundo rural. Isso é notório pelo impacto de sua produção do campo, pelo peso da indústria de transformação de alimentos presente na cidade, que absorve grande parte da produção agropecuária, assim como a prestação de serviços e pesquisas desenvolvidas nesse campo.

Como já apontado anteriormente, a Feira do Produtor de Toledo se desenvolve paralelamente ao contexto do desenvolvimento do agronegócio do município, tendo em si também o impacto das transformações locais. A partir de 2001, com a reformulação da Feira do Produtor, por meio da Prefeitura Municipal de Toledo e a EMATER, com a abertura para a exposição de produtores de pequenas indústrias caseiras, ocorre a fixação de pontos e expansão da mesma no centro da cidade, assim como sua extensão aos bairros e interior do município.

O deslocamento de pontos de feira para os bairros e interior do município atendeu a um chamado dos moradores dessas localidades, que a partir da experiência do centro da cidade, viram nessa atividade um meio de consumo atrativo. Combinada a isso, ocorreu a afirmação destes produtores na feira central, que viram na expansão para os bairros a possibilidade de ampliar sua renda. Além disso, abriu-se com esse deslocamento, a possibilidade de inserção de novos feirantes no conjunto da associação.

Atualmente, a Feira do Produtor está presente em diversos pontos do município de Toledo, nos bairros e interior, seguindo um cronograma específico de funcionamento em cada local e organizada em conformidade com a demanda de consumo deste ponto. A sua distribuição atual se dá conforme descrito na tabela abaixo:

⁸ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/pesquisa/24/75511>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

TABELA 1: Pontos de Feira do Produtor de Toledo no município

LOCAL	NÚMERO DE BARRACAS	DIA DE FEIRA
Centro	44	Quarta-feira
Jardim Pancera	6	Terça-feira
Jardim Coopagro	14	Quinta-feira
Jardim Europa	6	Quinta-feira
Vila Pioneira	12	Sexta-feira
Jardim Porto Alegre	14	Sexta-feira
Novo Sarandi	3	Sexta-feira
Vila Nova	3	Sexta-feira
Vila Industrial	3	Sábado
Jardim Panorama	3	Sábado
TOTAL DE BARRACAS	108	

Fonte: Resultado da Pesquisa realizada entre os dias 01/11/2017 e 31/01/2018.

É importante destacar que grande parte dos feirantes do centro da cidade estão inseridos em pontos de feira dos bairros e interior do município. Apenas cerca de 20% dos produtores não dispõem de barracas de comercialização no centro da cidade. Conforme informado pela diretoria da AFERTOL e EMATER, a inserção de novos membros segue algumas regulamentações, de forma que não torne o desenvolvimento da atividade do novo feirante inviável, bem como, insira um produto já disponível e sem espaço, evitando assim que este se sature, prejudicando feirantes já inseridos.

Conforme identificado na pesquisa com os feirantes (Tabela 2), nota-se que a variedade de produtos comercializada nesses espaços possui um equilíbrio de acordo com a demanda.

TABELA 2 – Produtos comercializados na Feira do Produtor de Toledo

PRODUTO	Nº DE PRODUTORES	PERCENTUAL
Artesanato	2	5,55%
Geleias/Garapa/Conservas/Molhos	2	5,55%
Lanches/Espetinhos/Tapioca	9	25,00%
Pães/Cucas/Roscas/Biscoitos/Massas	11	30,55%
Queijos	2	5,55%
Salames/Defumados	3	8,33%
Verduras e Legumes	7	19,44%
TOTAL	36	100%

Fonte: Resultado da Pesquisa realizada entre os dias 01/11/2017 e 31/01/2018.

Nesse sentido, o formato de organização da Feira no centro, bairros e interior do município segue uma sistematização de capacidade de atendimento de demanda dos consumidores já consolidados. A abertura de nossas possibilidades depende da novidade produzida e ofertada bem como da procura e interesse dos clientes que buscam e frequentam esse espaço.

2 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR

Conforme indicado nas pesquisas realizadas anteriormente e os relatos históricos dos indivíduos que trabalham na Feira do Produtor de Toledo indicam, essa atividade é resultado de um conjunto de experiências iniciadas por pequenos produtores no início dos anos de 1980, montando feirinhas por diferentes pontos da cidade, tendo em vista um local que pudesse garantir um bom ponto de encontro entre o produtor e o consumidor. Essas mudanças de local por muito tempo incorreram em desdobramentos que afastaram os clientes e desmotivaram feirantes, refletindo em redução de vendas e desistência de muitos produtores.

Diante das dificuldades enfrentadas e a possibilidade de se encerrar as atividades de feira em Toledo, a EMATER e a Secretaria de Agricultura do município participaram ativamente no desenvolvimento de novas estratégias e apoio para formação e organização de um modelo que possibilitasse o efetivo funcionamento e crescimento da feira em 2001.

As primeiras experiências de feira no município de Toledo fazem parte de um conjunto de estratégias adotadas por pequenos agricultores em face ao processo de mecanização agrícola e das dificuldades enfrentadas na produção de renda no campo. De acordo com Andrade (2010), a feirinha se expressava como uma possibilidade de manutenção de sua reprodução social, integrando-se a outras atividades, permitindo um incremento no orçamento doméstico e a sobrevivência da unidade produtiva e familiar deste sujeito.

Tendo como objetivo identificar os caminhos percorridos por esses produtores ao longo dos anos, este capítulo resgata alguns elementos presentes na trajetória desses sujeitos, a fim de compreender o processo histórico de construção da Feira do Produtor, ou seja, busca a partir da experiência dos feirantes problematizar as relações que permearam as dinâmicas de organização deste grupo no município de Toledo. Assim, a partir da compreensão do que a literatura define como “feira”, estabelecer uma conexão dos rastros da origem de práticas de “feirinha” no município de Toledo. Em sequência, a abordagem centra-se em sua lógica organizativa atual, ou seja, busca investigar a partir dos feirantes as informações que permitem compreender o processo de constituição

desse grupo associativo, apontando a evolução/transição no percurso histórico da Feira do Produtor até chegar a sua formalização e consolidação dentro do contexto social do município.

Com base na reconstituição de seu processo histórico, a proposta de estudo busca compreender os processos de ação coletiva e a organização dos sujeitos da Feira do Produtor de Toledo, tendo nessa experiência associativa a referência da discussão. Entende-se aqui, o termo associação/associativismo de forma genérica, como a expressão de possibilidades de cooperação organizada entre sujeitos para a realização de determinado objetivo, nesse caso, fazer a feira. Lazzaretti (2003) destaca que a ação coletiva na forma de associativismo é a forma encontrada por grupos ou movimentos sociais para ter acesso à terra ou a outros fatores de produção e conseqüentemente manter esse meio produtivo, com objetivo de preservar a atividade das famílias de trabalhadores rurais.

Tendo como referência as raízes históricas da pequena agricultura nos mercados, Tedesco (2013) afirma que a agricultura familiar, em suas múltiplas manifestações no Brasil, ainda que, em grande parte, pressionada pela lógica da racionalidade mercantil capitalista do modelo produtivista (culturas de exportação), encontra formas estratégicas para conservar e/ou reproduzir horizontes de sua tradição cultural e histórica, consegue imprimir tempos passados, absorver horizontes da dinâmica do presente e racionalizar suas ações objetivando maximizar fatores de produção, de mercado e, em último sentido, sua reprodução enquanto unidade produtiva rural, ainda que, de uma forma mais intensa, como pluriativa. Nesse sentido, é compreendida como um ator coletivo (que envolve, no mínimo, a família em seus elementos centrais produtivos e culturais), que diversifica atividades consideradas produtivas no âmbito da terra e em outros setores, como é o caso dos serviços, do turismo, do meio ambiente, do campo gastronômico e artesanal.

Dessa forma, a Feira do Produtor em si, apresenta inicialmente a possibilidade e manutenção de um sujeito que vivencia as transformações produtivas do campo e tem dificuldade ou resistência à inserção ao novo modelo. A partir de experiências, pequenos agricultores buscaram por meio da feirinha executar a comercialização direta de parte de sua produção e conseqüentemente conseguir o incremento de renda. Concomitante,

emerge a necessidade de a feira trazer resultados que seja viável do ponto de vista econômico e logístico do produtor e, ao mesmo tempo, um espaço atraente para o consumidor.

Neste contexto, este capítulo traz elementos que possibilitam uma abordagem mais específica da Associação dos Feirantes de Toledo (AFERTOL), partindo da caracterização histórica da construção do espaço e do sujeito que construíram a Feira do Produtor. Para tanto, recorreremos a fontes bibliográficas que tratam do assunto (artigos, dissertações, jornais, entre outros), bem como as informações levantadas a partir dos relatos de experiências vivenciadas por feirantes atuais, que em dois casos diagnosticados, participam da feira no município desde a década de 1980.

Para tal sistematização, a estrutura do capítulo se ordena conseqüentemente em cinco pontos: caracterização e definições conceituais de feira livre; a abordagem das primeiras experiências de construção das feirinhas no município de Toledo; a formalização da Feira do Produtor de Toledo e seu processo de reestruturação a partir de 2001; o processo de construção e organização da Associação dos Feirantes de Toledo e; a localização e sistematização atual dos pontos de feira no município.

2.1 FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO HISTÓRICO: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

As feiras livres são um espaço de encontro direto entre produtores/ comerciantes e consumidor. De modo geral, esse espaço é compreendido a partir de sujeitos que buscam observar, procurar algo específico, podendo criar laços de afetividade, sustentando um hábito cotidiano de frequência nesse local. Diferente de outras formas de comércio, a feira livre geralmente ocupa um espaço público aberto, agregando um conjunto de “comerciantes”, organizados a partir de estruturas geralmente improvisadas e simples.

De acordo com Silva e Silva (2016), a prática de feira livre é uma das atividades comerciais mais antigas da humanidade. Inicialmente esse tipo de empreendimento estava baseado na troca de excedentes agrícolas. Ao longo dos anos a feira foi se transformando e passou a ofertar itens que a sociedade atual ia necessitando, ao mesmo tempo em que oferecia aquilo que o passado se encarregara de ofertar como necessário

para a vida cotidiana das pessoas, tornando-se um espaço de comercialização de itens que marcam sua trajetória e ao mesmo tempo inserindo novidades.

Conforme Braudel (1998), o principal fator que incidiu na origem das feiras foi à formação de excedentes de produção, gerando conseqüentemente, a necessidade de troca de mercadorias. Esse processo ocorre primeiramente, entre grupos vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades. Ainda de acordo com o autor, o movimento de surgimento das feiras foi acompanhado de uma demanda natural das pessoas em oferecer um ambiente onde se pudesse agregar a maioria dos produtos, disponibilizando-os a um maior número de pessoas, vendendo ou trocando excessos por outros produtos dos quais se tinha falta. Ainda nesse quesito, é importante ressaltar que as autoridades tinham grande interesse quanto à colocação de feiras em suas regiões, porque elas contribuía para o aumento do fluxo de recursos nessas localidades e ainda seriam negociados os produtos da própria comunidade.

Segundo Sousa (2004), a oficialização das feiras ocorre na Idade Média. Essa atividade tem origem a partir da formação de excedentes de produção. Com as sobras e faltas entre os produtores, houve a necessidade de intercambio de mercadorias, a princípio intergrupos, sem a exigência de um lugar, onde a busca de se conseguir as mercadorias que necessitavam era mais intensa. Nesse sentido, a formação das feiras está vinculada ao desenvolvimento de técnicas que permitiram a ampliação da produção, sendo este espaço postulado como um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem; e, neste contexto, seria importante que se trocassem seus excessos em busca de outros produtos que não se houve condições de produzir.

A afirmação da feira como atividade ocorre com o Renascimento comercial e urbano no século XI, a qual é marcada por uma transformação econômica, social e do espaço urbano na Europa. A produção artesanal passa a se constituir como o principal meio produtivo de mercadorias. Nesse contexto, as feiras, destacam-se como importantes meios comerciais e como centro do desenvolvimento urbano. Neste sentido, Armando Souto Maior (1978) reafirma a consolidação das feiras na Idade Média:

As influências das atividades comerciais de Bizâncio foram vis não somente para a Idade Média, mas até para a Idade Moderna, pois o renovado contato comercial com o Oriente foi uma das causas principais do aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu e a concorrência comercial estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI (MAIOR, 1978, p. 190).

Como destaca o autor, o estímulo à expansão, fez com que os produtos do Extremo Oriente fossem distribuídos via mediterrâneo com grandes lucros, tais como especiarias, perfumes, joias e sedas, muito procurados em tal época. Numa etapa transitória, Marx (2010) destaca que a organização das feiras pelos comerciantes a partir do século XV na Europa, em especial de produtos escassos (tropicais) nas proximidades dos castelos medievais e dos burgos (pequenas vilas), foi determinante na origem da classe burguesa e a acumulação primitiva do capital, através do mercantilismo.

Dentro da lógica produtiva do feudalismo do espaço agrário, Oliveira (2007) destaca que apesar de um modelo social que tendesse à autossuficiência, havia, porém, uma atividade comercial presente, em função das necessidades das diferentes regiões. Determinados produtos, como o sal, por exemplo, eram necessários em todos os lugares, mas que só apareciam em alguns, fatos como esse permitiam certo comércio inter-regional. Além disso, ocorriam as trocas locais nas feiras entre o camponês e os demais integrantes dos feudos, como os artesãos.

Tendo a sua prática expandindo-se nas cidades, Bromley (1980) destaca que a feira livre é uma forma comercial indutora da concentração de pessoas, capitais, mercadorias e, por si, de renovação ou de resistência no espaço urbano. Elas se originam de forma espontânea nas cidades e são formadas por uma reunião pública e autorizadas de compradores e vendedores de mercadorias, que se encontram em intervalos regulares num lugar estabelecido. Segundo o autor:

A feira é uma instituição incomum e multifuncional, servindo a pessoas de áreas muito distantes. Dentro da feira um setor específico pode ser dedicado às atividades próprias de um mercado, mas este mercado especial é muito diferente dos mercados normais por causa da variedade incomum de mercadorias à venda e por causa da grande diversidade de lugares de origem dos compradores e vendedores (BROMLEY, 1980, p. 650).

Para Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira livre atual representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso do espaço da rua, uma tradição urbana

tornada obsoleta pela expansão do automóvel e do moderno varejo, mas que luta para persistir ocupando seu espaço na paisagem urbana. De acordo com os autores, a feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica, posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes, desempenhando ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos a partir da década de 1980.

Segundo Forman (1979), há evidências de feiras livres no Brasil desde os tempos da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento.

De acordo com estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social no segundo semestre de 2014 existem no Brasil 5.119 feiras livres em 1.176 municípios. De acordo com a pesquisa, a maioria delas, cerca de 83% com periodicidade semanal, além de 1.331 feiras agroecológicas ou com produção orgânica em 624 municípios.

Em face ao desenvolvimento capitalista, a prática de feira livre ganha a concorrência dos grandes mercados. Aquilo que outrora era comercializado nestes espaços ou pequenos espaços especializados em determinados produtos (armazéns, quitandas, mercearias, açougues etc.) passam a ganhar a concorrência de um estabelecimento que reúne essa gama de itens num só local. Nesse sentido, Andrade (2009) destaca que com o passar dos tempos as feiras livres passam a ser descaracterizadas como primordiais para o comércio, passando a ser caracterizadas como pequeno comércio, de ordem familiar, ligada, sobretudo a pequenos produtores, que veem nela uma forma de obter renda com os produtos oriundos de seus próprios quintais.

Por outro lado, segundo Sousa (2004), na modernidade, as feiras têm diversificado o máximo possível o seu lastro de comércio, possuindo desde produtos sofisticados até mínimas coisas que as pessoas com menos poder aquisitivo necessitam.

De acordo com o autor, do ponto de vista econômico, as feiras constituem um ponto de encontro entre compradores e vendedores para trocarem seus produtos, assumindo inclusive sofisticações e dimensões do grande mercado. Em comum, os dois autores concebem a feira atualmente como um espaço de comercialização secundário, ou seja, não ocupa o espaço principal da relação de compra e venda na atual sociedade. No entanto, para os pequenos produtores, ocupa um papel importante nesse processo comercial e como uma característica marcante a diversificação dos produtos ofertados.

Seguindo a perspectiva de um espaço de pequeno comércio, Flávio Sacco dos Anjos, Wilson Itamar Godoy e Nádia Velleda Caldas (2005) afirmam:

As feiras livres consistem num sistema local de comercialização muito particular representando o limiar difuso entre o rural e o urbano, fim da fase produtiva e início da fase de consumo, bem como um espaço social detentor de atributos peculiares que presumidamente, asseguram sua persistência na sociedade contemporânea (ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005, p.13).

Nesse sentido, os autores indicam que as feiras justificam sua existência porque possuem como vocação o atendimento a segmentos menores em razão dos baixos níveis econômicos, sendo dessa forma, um importante espaço de comercialização para o pequeno produtor. Do ponto de vista do consumidor, torna-se possível a negociação de preços dos produtos e um atendimento pessoal, oferecendo, num mesmo espaço, diversidade e qualidade de produtos, de procedência local e/ou regional, sendo também um local propício à ocorrência de relações sócioafetivas.

Conforme destaca Crislaine Colla (2008, p. 21), “a feira livre também é uma forma de integrar o produtor rural, visto que, na maioria dos casos, são os próprios produtores que comercializam os produtos”. Ainda de acordo com a autora, a comercialização na feira só é permitida a quem realmente produz, possibilitando que a agricultura familiar seja estimulada. No entanto, em contrapartida, é necessário que seus integrantes desenvolvam estratégias que visem o melhoramento e ampliação de seu mercado.

Para Thelma Maria Grisi Velôso (2005), as feiras livres representam um elo de integração do meio rural com o meio urbano. Por meio desta, ocorre o estabelecimento da comercialização direta do pequeno produtor com o consumidor. Dessa forma, a feira representa um espaço de fortalecimento da técnica organizativa e estímulo à prática de

autogestão dos pequenos produtores, além de estimular a participação integral da cadeia produtiva, que vai desde o plantio até o beneficiamento e comercialização de mercadorias.

De acordo com Fabiola Juliana Rubim de Andrade (2010), pelo fato de possuir características culturais e econômicas, a feira livre faz parte das estratégias de reprodução dos pequenos produtores que as integram a outras atividades, complementando a sobrevivência da unidade de produção e da família. Porém, essa atividade gera ocupações produtivas com baixo investimento, mostrando que a receita familiar desses feirantes tem relação direta com o produto comercializado.

Além das particularidades listadas, a feira livre ganha espaço para a produção e comercialização de alimentos orgânicos, sendo assim mais um canal de venda desse tipo de produto aos consumidores. Conforme Alcides Juvenal Ricotto (2002) a feira apresenta-se como um canal de distribuição de produtos diferenciados, cuja produção é feita a partir de métodos quase “artesanais”, o que não acontece na produção em escala feita pelos grandes proprietários, que abastecem os demais canais de comercialização. Dessa forma, a possibilidade de encontrar produtos naturais a preços mais acessíveis representa um atrativo para a feira, podendo assim disponibilizar alimentos de alta qualidade, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos e produzidos com base no conhecimento acumulado no local, possibilitando aos habitantes urbanos ter uma alternativa para melhorar a sua alimentação.

De acordo com Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida (p. 26, 2009), uma característica peculiar das feiras livres é “a utilização de um espaço, que é alterado com a sua realização e que, após, volta ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas”. Essa particularidade é comum a todos os pontos de Feira do Produtor de Toledo, que ocupam espaços públicos em dias e horários previstos, seguindo um cronograma de instalação e desmontagem das estruturas. Outra peculiaridade apontada pela autora que se observa no objeto pesquisado é a presença de uma carga de subjetividade que atua como elemento de coesão e que contribui fortemente para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e consumidores.

2.2 OS PRIMEIROS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DAS FEIRINHAS: O INÍCIO DO PROCESSO.

A história da Feira do Produtor de Toledo remonta a uma trajetória de pelo menos quatro décadas de atividades desenvolvidas por esses sujeitos no município. É comum a história ser contada a partir de 2001, quando a Prefeitura de Toledo, por meio da Secretaria de Agricultura em parceria com a EMATER, organizou sua instituição no intuito de viabilizar a comercialização dos produtos produzidos e/ou transformados pelas pequenas propriedades rurais e unidades de transformação agroindustriais e artesanais, rurais e urbanas estabelecidas no município através da realização de feiras-livres.

A origem da Feira do Produtor de Toledo está relacionada ao pequeno agricultor que centrava sua produção e trabalho na agropecuária de subsistência e no uso da mão de obra familiar. A mecanização agrícola implicou mudanças na estrutura regional, com expansão territorial das propriedades rurais, migração para a cidade e diversificação produtiva desses sujeitos. Segundo Fávero (2008), a Colônia Maripá dos anos 1950-1960 tornou-se a cidade de Toledo, centro de produção agropecuária dos anos 1970-1980 e, nas últimas décadas, um centro do agronegócio, resultado da crescente subordinação às dinâmicas da globalização. Já a partir do século XXI, o município vive um processo de transformação profunda nas suas estruturas econômicas, políticas, sociais e simbólicas, que afetam, inclusive, os próprios modelos e processos da mecanização agropecuária. Conforme aponta o autor:

O agronegócio torna-se a força motriz na produção de uma nova sociabilidade. Ele articula, sob novas bases e novos termos, os campos/atores que antes constituíam os complexos agroalimentares, então sob a hegemonia da indústria e da ideia de produção, com a exclusão da chamada agricultura familiar (que antes eram os pequenos produtores rurais) e o deslocamento do centro de tomada de decisões do âmbito local para o global e da indústria para as bolsas de mercadorias (FAVERO, 2008, p. 46).

Nesse contexto de transformações pós-colonização do município e mudanças sistemáticas na organização e forma de produção rural, ocorrem às primeiras experiências de atividade de feira no município de Toledo, ainda que estas seguissem uma organização simples e envolvesse poucos produtores rurais.

Conforme descreve Andrade (2010), a história da Feira do Produtor de Toledo

está ligada à história do município. Segundo a autora (p. 35, 2010), “isto ocorre pelo fato de Toledo ter sua colonização fundada na pequena propriedade, que em razão de solos férteis e irrigados, atingiu altos índices de produção agropecuária”. Ainda, de acordo com a autora, sua constituição se estabelece a partir da mecanização agrícola que dificultou a permanência do produtor no meio rural. A feira apresenta-se como uma alternativa para facilitar a venda dos produtos dos pequenos agricultores, pois assim o próprio produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, o que aumenta o lucro deste por não haver interferência de intermediários. Ao mesmo tempo a feira é destinada à venda de produtos no varejo, ideal para os pequenos produtores.

Ghizzo e Rocha (2009) argumentam que o início da feira em Toledo parte de pequenos proprietários rurais que enfrentavam dificuldades de permanência na economia de mercado devido, entre outros fatores, aos grandes investimentos de capital que o espaço rural recebeu nas últimas décadas e que era incompatível com a possibilidade desses pequenos agricultores. Como consequência da mecanização agrícola, ocorrida principalmente na década de 1970 e anos subsequentes, as desigualdades foram exacerbadas devido ao fato de os pequenos proprietários rurais não terem condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento tecnológico implementado pelas relações capitalistas. Nesse contexto, a feira do produtor de Toledo assumiu, desde sua gênese, o papel de importante canal de distribuição de produtos para estes pequenos proprietários rurais, bem como outros produtores da área urbana. Foi dessa forma um mecanismo importante de desenvolvimento e geração de renda para estes produtores que viram na feira uma oportunidade de comercializar seus produtos de forma direta sem relações de intermediários como especuladores.

Assim, nota-se que a Feira do Produtor de Toledo formou suas raízes a partir dos obstáculos encontrados por pequenos produtores rurais do município, que diante das dificuldades oriundas da mecanização agrícola brasileira, buscaram alternativas produtivas de sobrevivência e incremento de renda. No entanto, é preciso salientar que, durante o seu percurso histórico, a feirinha teve o apoio de órgãos públicos no seu desenvolvimento. Essa “ajuda” ou parceria se expressou na colaboração para organização da feira, no cadastro de produtores bem como na disponibilização de estrutura e do espaço para a realização da mesma.

Oficialmente, a Feira do Produtor de Toledo foi instituída em 03 de setembro de 1984, quando o prefeito do município assinou o Decreto nº 090/84, aprovando seu regulamento e outras providências quanto ao seu funcionamento. Sua instituição tinha como objetivos principais promover o desenvolvimento de programas de produção de alimentos existentes naquele momento; estimular o pequeno produtor toledano em sua produção agropastoril, como forma de melhoria de condições de vida e de sua fixação ao meio e; por fim, buscar aprofundar o intercâmbio entre o produtor e o consumidor, tendo em vista a garantia de melhores preços e de aquisição de produtos recém-colhidos e saudáveis.

Segundo o Decreto 090/84 a finalidade da Feira do Pequeno Produtor de Toledo era vender na forma de varejo, produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, produtos derivados de leite e de industrialização caseira; difundir o artesanato rural e; fomentar a produção municipal de produtos hortifrutigranjeiros; incentivar a diversificação da produção agropecuária do município. Conforme identificado entre os entrevistados, o decreto cumpriu meramente uma função de regulamentação da comercialização ambulante no município. Pela sua característica rural, era comum na cidade de Toledo agricultores comercializarem queijos, leite, carnes, entre outros em alguns pontos da cidade.

A elaboração do primeiro Regulamento da Feira do Pequeno Produtor de Toledo foi desenvolvida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em conjunto com algumas entidades locais como o Núcleo Regional da SEAG, EMATER-PARANÁ/ACARPA, COOPAGRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural de Toledo. Em tese, a formulação do regulamento seguiu etapa protocolar do Decreto 090/84 encaminhada pela Prefeitura.

A instituição do Decreto 090/84 e a elaboração do Regulamento da Feira indica que os órgãos públicos acompanharam desde o princípio os passos dados pela Feira do Produtor. Inclusive, nota-se em sua trajetória a dependência do apoio destes na organização da mesma. Como indicam os documentos e as experiências relatadas por muitos feirantes, a Prefeitura de Toledo, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná) foram órgãos diretamente envolvidos no processo de organização

dessa atividade.

No entanto, é possível identificar a partir do trabalho de Andrade (2010) e de relato de feirantes da época, que a instituição do Decreto cumpriu apenas uma medida protocolar, visto que os feirantes continuavam com pouco apoio por parte dessas instituições, o que acabou produzindo impactos e oscilações no tamanho da feira e na quantidade de participantes dessas.

É importante destacar, conforme informado pelos feirantes da época, que durante a década de 1980 o desenvolvimento dessa atividade ocorria sem uma organização sistemática, sendo muito semelhante à ação de um vendedor ambulante, ou seja, o trabalho de venda ocorria em pequenos grupos, improvisados em determinados pontos da cidade, sem amparo estrutural a disposição (barracas, pontos de luz, outros).

Conforme descreve Claudete Galhardo Frasson, assistente social da Unidade Municipal EMATER Toledo, que acompanha há mais de trinta anos os passos dessa atividade, a feira ocorre no município desde os anos de 1980.

Sempre tivemos feira em Toledo desde os anos 80. Tivemos vários formatos desde esse período. Mas, um formato que começou a partir de uma associação temos a APROP (Associação de Produtores de Olerículas do Paraná) que hoje não existe mais. Teve uma fase que a gente esteve na praça em frente à Casa da Cultura. Tivemos um ponto de feira indo para o lago ao lado do ginásio do La Salle. Também teve uma fase que fomos para um local coberto onde hoje é o SENAI. Tiveram várias iniciativas e a EMATER esteve sempre acompanhando esses produtores. Nós tivemos de tudo, a gente vendia carne, leite, mas depois que a Vigilância Sanitária foi fazendo algumas restrições a gente teve que formalizar do jeito que está hoje. No ano de 2001 montamos uma feira no formato que temos hoje por que desde 1995 tínhamos três vilas rurais aqui em Toledo, que precisavam comercializar o excedente e eles não tinha como fazer isso sozinhos. Juntamente com a Secretaria de Agricultura, a EMATER planejou montar um ponto de feira, comprar algumas barracas e organizar estes vileiros. Ao mesmo tempo, percebemos que não estamos contemplando uma meia dúzia de produtores que já faziam feira no sábado de manhã em frente ao Sindicato Rural. Eles vendiam queijo, salame, verdura, mas era uma coisa muito informal, sem nada, sem nenhum tipo de fiscalização (Entrevista realizada em 04 de abril de 2018).

De certa forma, esse conjunto de experiências pode ser considerado um embrião do modelo de Feira do Produtor existente atualmente. Os passos seguidos pelas feirinhas nas décadas de 1980 e 1990 permitiram que feirantes e órgão públicos pudessem observar as dificuldades e programassem as mudanças necessárias para consolidação desta atividade no município de Toledo.

Nesse sentido, é fundamental resgatarmos essa trajetória, de forma que possamos compreender a fundo os elementos que nortearam os passos desses sujeitos que historicamente construíram a feira. A história da Feira do Produtor de Toledo contada a partir da experiência do sujeito que a faz cotidianamente tem poucos elementos concretos para recorrermos, tanto em registros acadêmicos como de memória viva. Atualmente, apenas dois feirantes que constituem a AFERTOL vivenciaram essa experiência na década de 1980.

O senhor João⁹ um dos feirantes mais antigos da Feira do Produtor de Toledo, pequeno agricultor familiar, conta que começou a “fazer feira” em 1988, junto com um vizinho colega de escola. O mesmo descreve como era a feira na época e como o mesmo se integrou a essa atividade:

Era uma feira bem diferente, não como é hoje. Era Feira do Produtor Rural, era gente do campo, não tinha o pessoal da cidade. Eles vendiam de tudo: mandioca, carne de porco, ovos, galinha. Era uma feira livre mesmo, podia vender de tudo que se produzia na agricultura, não tinha esse negócio de atravessador. Então aí eu comecei a fazer a feira justamente porque eu vi um ganho de renda pra mim, que não tinha na época. O jovem precisava de ter uns “trocós”. E partir dali que comecei a fazer feira. Peguei o carro de meu pai e fui procurar o pessoal da Feira e da EMATER na época para me inscrever. A EMATER, ela sim, foi lá em casa, fazer algumas visitas para ver o que eu tinha, o que eu poderia fazer, deram o maior apoio. Fiz a inscrição na Feira dos Produtores Rurais do Oeste do Paraná, na época paguei um salário para entrar. Daí para diante só trabalhando na feira (Entrevista realizada no dia 31 de janeiro de 2018).

Quanto à localização e suas respectivas mudanças desde que ingressou na feirinha, o senhor João descreve os caminhos percorridos no município de Toledo por esses sujeitos numa sequência histórica:

Quando eu comecei, a feira era ali do lado do ginásio de esportes do Colégio La Salle. A prefeitura tinha construído as barracas de madeira, tudo certinho. Quando chegava ali, trazia os produtos e começava a fazer a feira. Depois do La Salle foi para o SENAI, perto do lago. Depois desse local, fomos para o Jardim Porto Alegre, onde agora funciona a Vigilância Sanitária, naquele barracão. Aí ela começou a enfraquecer e voltamos para o centro, aqui onde ela começou. Ela começou aqui, acho que em 1983. Na verdade, a feira começou aqui, nessa rua (Rua XV de Novembro, ao lado da Catedral), tinha poucas barracas, eram só 5 ou 6 feirantes. Depois ela foi crescendo. Antes deu começar a fazer feira eram

⁹Como alguns feirantes entrevistados não queriam ser identificados, optou-se por nomeá-los através de codinomes. Manteve-se os nomes completos dos demais entrevistados não feirantes, pois esses não se opunham a isto.

5 feirantes, 6, depois foi crescendo, foi parar em 46 feirantes. Aí depois de 46 feirantes, voltou tudo para traz de novo. Aí deu-se que gente voltou a trabalhar aqui em 1999, no sábado de manhã, foi seguindo (Entrevista realizada no dia 31 de janeiro de 2018).

Conforme relatado pelo feirante, as mudanças de localização foram desintegrando o coletivo iniciado em 1988. O afastamento para locais distantes do centro da cidade incidiu em redução de consumidores, que estavam acostumados com o local (em frente ao ginásio de esportes do Colégio La Salle). A redução do número de feirantes e a dificuldade de acesso à feira por parte dos consumidores indicou a necessidade de retorno ao seu local das primeiras experiências, na Rua XV de Novembro, como forma de buscar recuperar a importância da Feira e sua garantir a sua própria sobrevivência.

Ainda sobre os passos percorridos e os produtos que estes feirantes comercializavam durante os anos de 1980, a senhora Maria, feirante desde 1980, produtora familiar urbana, relata um pouco de sua trajetória e do grupo nessa atividade:

Eu trabalhava como empregada doméstica, diarista antes de trabalhar na feira. Comecei em 1981 a vender produtos de casa em casa, na rua. Quando me casei, minha sogra tinha chácara, tinha bastante frutas, comecei a fazer geleia. Aí o pessoal, comecei a falar com um e com outro com quem eu comecei a vender falou por que eu não ia na rua vender, oferece para as pessoas. Daí eu comecei a fazer macarrão, pão, cueca virada, bolacha, tudo coisa pra vender na feira e vendia geleia junto aqui na feira (Rua XV de novembro), não era feira desse jeito. Aí fomos para a feira lá do La Salle, onde tinha as casinhas. Logo lá já não deu certo, e viemos pra cá de novo. E ficamos pra cá e pra lá. O pessoal começou a reclamar da chuva, e levaram a gente para o pavilhão na Avenida JJ Muraro. Estávamos lá e o pessoal queria esse galpão para por o lixão no local. Tiraram nós de lá e voltamos aqui na rua novamente. E ficamos aqui um bom tempo, nem sei certo quanto tempo. Aí começou, anos depois a feira assim como está hoje (Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018).

Sobre os sujeitos que percorreram essa trajetória das feirinhas de Toledo, dona Maria explica como o grupo caminhou, num processo de idas e vindas, até o estabelecimento de um local definitivo e organização no formato atual:

Depois do La Salle, alguns nem vieram mais. Daí veio um falar com outro, falando que tinha leite, “podia vender leite, queijo” naquela época, o povo vinha com mandioca, batata doce, tudo que tinha em casa trazia aqui pra vender aqui, nós éramos sete ou oito, aquilo não aumentava porque o pessoal não podia muito vir, era difícil, alguns tinham carro, podiam abrir o carro atrás, a gente não tinha barraca, não tinha como puxar aqueles carrinhos. Daí começou a fazer só no sábado, não na quarta-feira. O pessoal colaborou, começamos a vir só no

sábado. E assim foi indo, até que começou essa feira (MARIA, entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018).

Ainda no percurso percorrido pelos feirantes de Toledo, Andrade (2010) informa em uma de suas entrevistas realizadas em 2009 o trajeto transitado buscando a afirmação de local de exposição de seus produtos. Segundo o relato, desde 1982 a feira era realizada no local atual, por 3 a 4 feirantes, durante o sábado de manhã, tendo uma baixa frequência. Em 1988, a Prefeitura realizou um trabalho de reestruturação e convidou novos produtores, levando-a para ao lado do Colégio La Salle, chegando a ter cerca de 30 barracas. A feira permaneceu nesse local por pouco mais de um ano. Em seguida, por solicitação dos feirantes, foram removidos para um barracão no local onde fica o shopping atualmente. O local ficou distante dos clientes e a metade dos feirantes saiu da atividade. Devido a isso os feirantes resolveram formar uma associação de verdureiros e passaram a realizar a feira de 1990 a 1998 para a J.J Muraro. Em seguida, voltaram para a Rua XV de Novembro, realizando a feira no sábado de manhã. Houve novamente redução de vendas e de feirantes. Em 1999, a EMATER e Prefeitura, percebendo a dificuldade da feira, reuniram-se com os feirantes e promoveram visitas em feiras da região e de Londrina-PR. Foram realizados estudos para revitalização da feira, passando por mudanças desde as barracas até o uniforme. Também mudou-se o dia e horário de realização, passando para a quarta-feira. Concomitante, houve um crescimento da feira, melhoria na qualidade dos produtos com a fiscalização da Vigilância Sanitária, estipulando um padrão de vigilância para os itens comercializados.

Com base em relatos obtidos na pesquisa, o cartograma abaixo demonstra os deslocamentos de pontos dos feirantes ao longo dos anos de 1980 e 1990 na cidade de Toledo: 1) Rua XV de Novembro; 2) Praça da Cultura; 3) ao lado do ginásio do Colégio La Salle; 4) atual SENAI e; 5) Avenida JJ Muraro (atual sede Vigilância Sanitária).

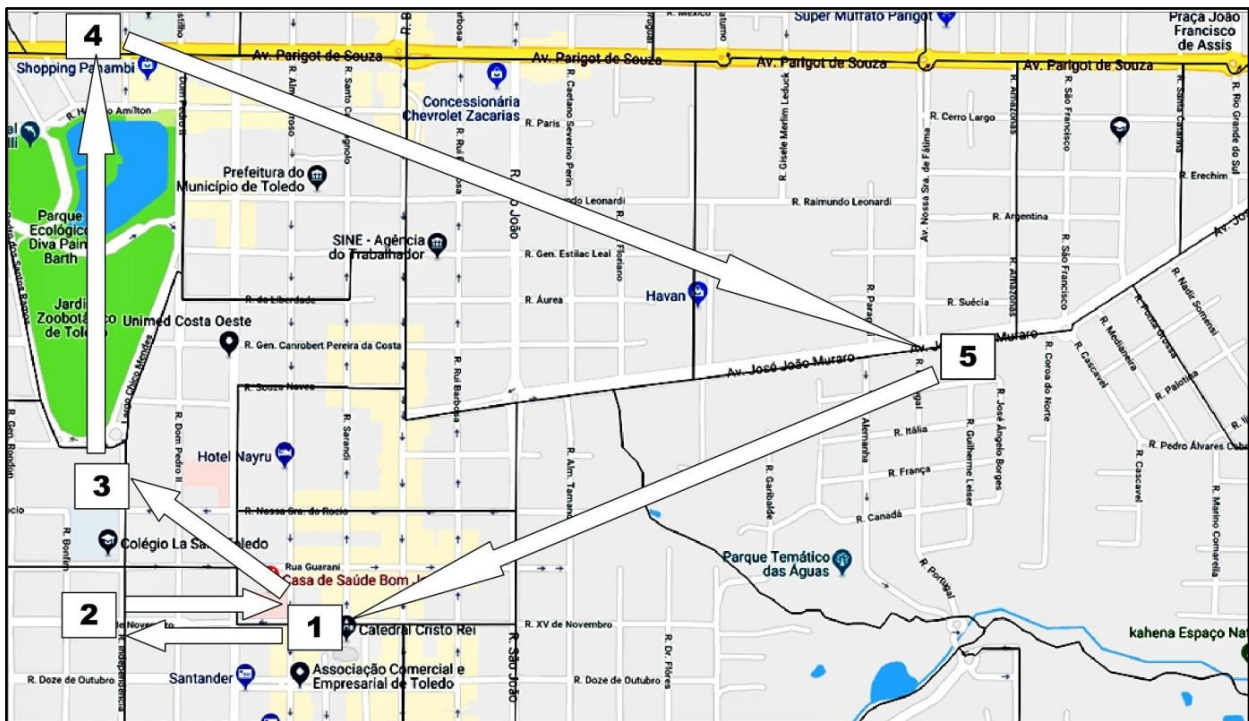


Figura 1: Deslocamento da Feira do Produtor de Toledo durante a década de 1980 e 1990.
Fonte: Dados cartográficos Google, INEGI, ORION-ME. Editado pelo autor.

Essa inconstância de um local, data e horário definido colocou em risco a continuidade da feira em Toledo. Conforme relatos, a afirmação do local atual (Rua XV de Novembro), o estabelecimento de um dia da semana e horário para a realização e, a inserção de produtores de indústrias caseiras foi fundamental para reafirmação e consolidação da atividade no município.

2.3 A FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO: A FORMALIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO COMO ESPAÇO DE VENDA E CONSUMO

Como indicam os relatos apresentados, o percurso dos feirantes de Toledo foi de muitas dificuldades e isolamento por muito tempo, colocando em risco a possibilidade de manutenção dessa atividade no município. Fatores como o estabelecimento de um local que tivesse um alcance com um número grande de pessoas, a afirmação de dias e horários que permitam a organização produtiva do feirante e o acesso do consumidor, a ampliação da diversificação dos produtos disponibilizados nesse espaço, uma estrutura

mínima que possibilite a exposição dos produtos, entre outros, foram desafios lançados dentro da proposta de reformulação da Feira do Produtor de Toledo.

A partir de 1999 a Prefeitura de Toledo em conjunto com a EMATER deu início a um conjunto de estudos visando à revitalização da feira. Essas ações incidiram num projeto de reformulação implementada em 2001. Essa restauração tinha como objetivo estimular a produção de pequenas indústrias caseiras e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda destes produtores. Nesse sentido, a possibilidade de diversificação produtiva e expositiva foi garantida através da regulamentação da Feira do Produtor em 2001.

Andrade (2010) destaca que a Feira do Produtor de Toledo passou por diversas alterações para se configurar nos moldes que se apresenta nos dias atuais. Esta transformação resultou na abertura de espaço de venda para pequenos produtores urbanos e artesãos, além de obter sua normatização através de regras para os feirantes, como por exemplo, estipular horários de montagem e desmontagem das barracas, planejamento de local para estacionar os veículos dos feirantes deixando a proximidade disponível para os clientes.

Ghizzo, Teixeira e Fantinel (2008) destacam que pouco mais de um ano após a sua instituição em 2001, a Feira do Produtor de Toledo contava com 44 barracas, que comercializavam diversos produtos, como hortifrutigranjeiros, alimentos típicos da região, peixes, massas e derivados, embutidos, artesanatos e lanches. Conforme apontam, para participar, era necessário que o feirante fosse produtor, independentemente do ramo em que atuava, não podendo ser apenas comerciante; ter firma legalmente aberta; e possuir a liberação do serviço de inspeção sanitária municipal. Sendo cumpridos esses requisitos, qualquer produtor de Toledo estava apto a ser um expositor na feira, apresentando-se de forma individual ou por intermédio de associações.

No que concerne ao desenvolvimento da Feira do Produtor de Toledo, o senhor Juca, feirante desde 2001, produtor familiar urbano, que estava desempregado na época, viu na feira uma possibilidade de trabalho e sustento da família, descreve como se deu o processo histórico da entidade na elaboração de sua formatação atual:

O processo histórico vem desde 2001 quando foi fundada a feira Municipal de Toledo. Foi assim: se juntaram uma quantidade de produtores, acharam melhor

se reunir num certo lugar e dar início a feira. Então, esse processo que contou apoio da Secretaria da Agricultura e da EMATER. Veio assim, uma quantidade de 6 e 7 feirantes que vieram a montar essa associação. Já havia a feira antes de 2001, mas ela era uma feira informal, pois não tinha diretoria, então entrava e saía quem quisesse. A partir de 2001 ela permaneceu como uma feira informal, mas foi instituída uma diretoria, que passou a organizar o processo de entrada e saída de feirantes (Entrevista realizada no dia 01 de dezembro de 2017).

Conforme o produtor descreve, a reorganização e constituição de uma diretoria foram importantes para fortalecer o grupo e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento da Feira do Produtor. É possível notar também nesse processo o papel imprescindível de órgãos públicos no decorrer desse processo.

Outro fator primordial para expansão e consolidação da Feira do Produtor a partir de 2001 foi o estabelecimento de uma formatação de oferta diversificada, ou seja, um conjunto de produtos amplos, permitindo a inserção de novos feirantes e ao mesmo tempo disponibilizando novos atrativos para os consumidores. Nesse sentido, o feirante João argumenta:

Na época quando foi montada a Feira do Produtor, como precisava variedade na feira, então alguns produtores urbanos foram incluídos, porque a princípio a feira é do produtor rural, mas aí como tinha coisas que precisavam ser implementadas na feira, foram convidadas nossas pessoas. A gente teve apoio da Prefeitura, da EMATER. Tivemos um apoio muito grande da EMATER na época. E desde então, eu e minha esposa já trabalhamos com a feira. Eu tinha um trabalho na construção civil, ajudava ela em paralelo, mas minha esposa está trabalhando direto na feira desde 2001 (Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2017).

Outra feirante, a senhora Rosa, feirante desde 2001, pequena empresária na época e atualmente produtora familiar urbana, reafirma esse papel determinante de órgãos públicos na organização da Feira do Produtor, principalmente a EMATER:

Fomos convidados pela EMATER para fazer parte da feira em 2001. Naquele tempo o pessoal queria abrir uma feira e daí então minha amiga veio me convidar para ver se eu não queria trabalhar com comida japonesa. Resolvemos então experimentar trabalhar e estamos até hoje (Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2018).

Conforme os relatos dos feirantes atuais que participaram do processo de formação da Feira do Produtor no modelo atual, a atuação de órgãos públicos (EMATER e Secretaria de Agricultura do município de Toledo) e a diversificação dos produtos

ofertados foram imprescindíveis para a reorganização e afirmação, dado o apoio estrutural e técnico recebidos, assim como disponibilização de novos atrativos aos consumidores.

Conforme o regimento que instituiu a Feira do Produtor em 2001, a instituição dessa entidade tinha como objetivos incentivar a produção em pequenas indústrias caseiras de gêneros hortifrutigranjeiros, defumados, de panificação, culinários, artesanais e derivados do leite, com liberação do Serviço de Inspeção Sanitária do município, exceto carne fresca de qualquer natureza; contribuir com a geração da renda familiar e gerar empregos; estabelecer uma convivência harmoniosa, associativa e solidária entre os feirantes, com troca de experiências; apresentar ao consumidor produtos com qualidade e higiene; organizar a comercialização de produtos artesanais, através da exposição e venda direta.

Consequentemente a esse processo de reestruturação, aprovação de regulamento de funcionamento e inserção de novos feirantes, a Feira do Produtor foi, no decorrer dos anos, expandindo-se para os bairros e interior do município. A consolidação da feira na Rua XV de Novembro, o crescimento de demanda e a afirmação de consumidores permitiu que a mesma fosse gradativamente se organizando e colocando pontos em outros locais da cidade. Essa ampliação de localidades permitiu inclusive a inserção de novos sujeitos interessados no desenvolvimento dessa atividade.

Conforme demonstra a figura abaixo, a Feira do Produtor de Toledo está presente nas diversas regiões da cidade e alguns pontos do interior, de forma que alcance as pessoas nos locais onde elas residem. De certa forma, como foi possível perceber na pesquisa, a quantidade de feirantes e a variedade de produtos ofertados se diversificam conforme a densidade da região e a procura por estes.

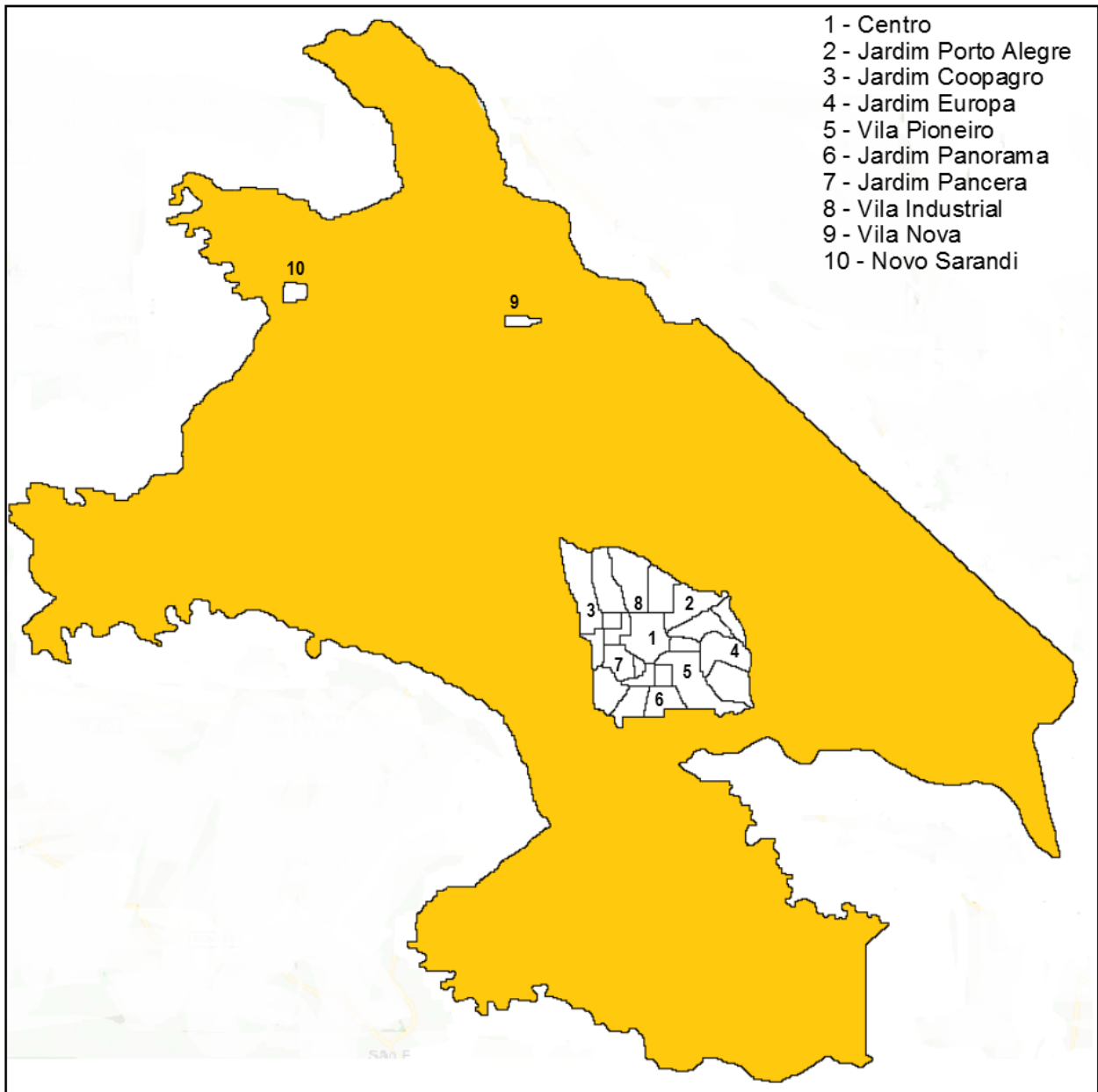


Figura 2: Locais de Feira do Produtor no município de Toledo em 2018.
 Fonte: Dados cartográficos Google, INEGI, ORION-ME. Editado pelo autor.

Nesse sentido, segundo Ghizzo e Rocha (2009), a Feira do Produtor de Toledo figura como importante centralidade urbana, para onde convergem fluxos que dinamizam e produzem uma nova paisagem da cidade. É atualmente um espaço frequentado por pessoas de todas as faixas etárias, tendo principalmente entre os jovens os elementos que transformam este local num espaço de lazer. Conforme os autores, desta forma, a feira assume o papel dúbio de espaço de consumo e consumo do espaço, isto é, esta

espacialidade possui um importante papel para os expositores, assumindo uma função vital de canal de distribuição de suas produções, embora ocorram em pequena escala, numa relação direta entre produtor e consumidor.

2.4 A FORMALIZAÇÃO DA AFERTOL: A FEIRA DO PRODUTOR CAMINHANDO COM PERNAS PRÓPRIAS

O processo de formalização da Feira do produtor, através da constituição da Associação dos Feirantes de Toledo (AFERTOL) em 2014, é parte de um processo iniciado quando esta foi instituída nesse atual modelo no ano de 2001. Conforme previsto no primeiro documento elaborado, constava dentre as prerrogativas estipuladas para coordenação do Programa Municipal de Apoio a Feira do Produtor de Toledo, a necessidade da constituição da associação dos feirantes, tendo dessa forma que assumir organicamente sua responsabilidade no processo de organização desta atividade no município.

Conforme reportagem da Gazeta de Toledo de 24 de agosto de 2014, que na ocasião realizou a cobertura da comemoração de 13 anos da Feira do Produtor de Toledo, onde reuniram-se cerca de 200 pessoas, entre feirantes e convidados na chácara Rancho Fundo, também foi realizada nessa data uma assembleia que marcou a formalização da AFERTOL. Na assembleia realizada pelos feirantes, foi formalizada a AFERTOL (Associação dos Feirantes de Toledo), que passou a funcionar com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Concomitante, foi feita a leitura e aprovação do Estatuto Social e eleição de nova diretoria.

Com a formalização da AFERTOL, o Estatuto Social passou a ser o documento norteador de seus objetivos e de sua organização interna. A aprovação desse documento marca oficialmente o estabelecimento de uma diretriz orgânica após a formação da Feira do Produtor em 2001, dessa vez conduzida pelas mãos dos feirantes.

Como é possível perceber, o Estatuto Social da AFERTOL buscou dar seguimento ao modelo existente da Feira do Produtor. No entanto, ele passa a assumir, pelo menos oficialmente, um caráter independente perante os entes públicos. Nesse sentido, podemos destacar os principais objetivos dispostos no estatuto:

- I** - Representar os associados em juízo ou fora dele junto a entidades governamentais, associações de classe, sindicatos, pessoas físicas e jurídicas;
- II** - Manter estreita colaboração junto a outras associações, prefeituras e entidades governamentais, na solução de problemas internos que sejam do interesse dos associados ou que visem à melhoria das condições de abastecimento aos consumidores;
- III** - Colaborar junto às autoridades ou entidades competentes no elevado interesse da solução de problemas do mercado consumidor;
- IV** - Adequar a Feira do Produtor de Toledo, no que couber, à Legislação vigente, que disciplina a organização e outros produtos e serviços de interesse dos associados e consumidores, desde que tenha aprovação expressa da Diretoria Executiva;
- V** - Estabelecer horário e dias de funcionamento para as barracas de feirantes e demais espaços de comercialização e exposição na feira municipal.
- VI** - Promover o estudo e aplicação de medidas úteis à defesa, desenvolvimento e melhoria das atividades de seus associados, através de ampla divulgação de conhecimentos técnicos e de preceitos jurídicos, de leis tributárias e outras informações que forem de interesse dos associados;
- VII** - Incentivar e desenvolver o relacionamento sócio cultural esportivo entre seus associados, bem como criar condições de construir sede própria e outros locais de trabalho, sempre que necessário.
- VIII** - Desenvolver outras atividades condizentes com as necessidades dos associados. (ESTATUTO SOCIAL DA AFERTOL - ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE TOLEDO – PR, p. 1 e 2, 2014)

Como é explicitado nos objetivos, além da busca da condução de sua organização, a oficialização da AFERTOL também tem como objetivo o reconhecimento dessa entidade junto ao poder público, como mecanismo de reivindicação de políticas e recursos públicos para tal. Do ponto de vista da institucionalização pela via do poder público (Prefeitura de Toledo), a sanção oficial da AFERTOL ocorreu através da Lei “R” Nº 175, de 23 de dezembro de 2014, que declarando como utilidade pública a Associação dos Feirantes de Toledo. Esse é um tramite legal necessário para reconhecimento de associações.

É importante salientar que a associação dos feirantes existia desde 2001, sem, no entanto, ter o reconhecimento formal enquanto organização. Os feirantes tinham uma diretoria constituída, cumpriam com o regulamento da Feira do Produtor, isto é, seguiam uma organização. A criação da AFERTOL em 2014 coloca esse grupo como entidade oficializada. Recuperando o processo de constituição da AFERTOL a partir da experiência dos sujeitos que participaram dessa ação, Walmir, feirante desde 2001, produtor familiar urbano e que participa atualmente da diretoria, descreve como transcorreu a formalização da associação:

Antes de 2014 a Feira do Produtor já tinha uma diretoria, para manter uma ordem, uma organização. Decidimos montar a associação para facilitar para a gente, por meios legais, para ter tudo regulamentado. Então foi realizada uma assembleia, apresentada e votada à proposta, sendo aprovada, abriu-se para inscrição de chapas de eleição de diretoria (WALMIR, entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2017).

O senhor Marcos, produtor familiar urbano, feirante há 14 anos, que trabalhava em um frigorífico da cidade anteriormente, relata como foi realizado o processo que marcou a criação oficial da Associação dos Feirantes de Toledo:

Foi realizada uma reunião com todos os feirantes e uma assembleia solicitando através do voto a criação ou não da associação dos feirantes. Antigamente só existia a Feira do Produtor, não tínhamos Estatuto, não tinha nada documento em nome da AFERTOL. Simplesmente era chamado de Feira do Produtor. Então se decidiu formar-se uma associação com CNPJ, com diretoria, seguindo os tramites legais. Houve unanimidade dos feirantes de se criar a Associação dos Feirantes de Toledo. (...) O objetivo principal era termos nossa associação documentada, para conseguirmos mais recursos com o Poder Público, através da EMATER, da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Agricultura. Então era possível conseguirmos mais apoio tendo a associação organizada (MARCOS, entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018).

Conforme destaca a assistente social da EMATER, Claudete Galhardo Frasson, a organização da Feira do Produtor em 2001 previa que os feirantes tivessem sua própria organização, de forma que futuramente tivessem condições de conduzir o processo tomando suas próprias decisões. Nesse sentido, a associação nascia junto com a formalização da Feira.

Teve aquela fase inicial em que os feirantes eram muito dependentes da gente na organização da Feira do Produtor, na elaboração do Estatuto, do Regimento interno, na organização e identificação dos produtores, na capacitação para melhorar dentro das atividades que estão desenvolvendo. Hoje, com a associação, eles têm uma grande autonomia, fazem suas reuniões, tomam as decisões (Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2018).

A constituição oficial da Associação dos Feirantes de Toledo marca, dessa forma, um processo de independência desses feirantes naquilo que se refere às decisões tomadas enquanto grupo, e ao mesmo tempo, pelo caráter legal assumido, afirma a entidade dentro de parâmetros para reivindicação de recursos públicos dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.

3 O FEIRANTE: O SUJEITO QUE CONSTRÓI A FEIRA E O PROCESSO DE AÇÃO COLETIVA NA AFERTOL

A trajetória da Feira do Produtor de Toledo remete à discussão do sujeito responsável pelo trabalho de produção, exposição e comercialização na feira: o feirante. De forma genérica, ele é definido como o indivíduo que trabalha nesse espaço. Nesse sentido, é fundamental entender a construção social desse sujeito, formulando sua definição enquanto grupo. Ou seja, buscar, a partir das particularidades, elencar as características gerais que esse indivíduo possui enquanto categoria organizada na Feira do Produtor de Toledo.

Ainda que a prática da feira possa ser entendida genericamente como a relação comercial em local público onde são expostas mercadorias para venda a população de modo geral, é importante considerar as características particulares do sujeito da Feira do Produtor de Toledo, isto é, os elementos modeladores dessa atividade no percurso histórico, que, como descrito anteriormente, deram forma ao atual modelo de feira e, conseqüentemente, se somam ao conjunto de características que constroem a identificação dos indivíduos desse grupo social.

Como a análise histórica da Feira do Produtor de Toledo permite observar, essa prática comercial no município é marcada predominantemente pela tentativa do pequeno produtor (pequeno agricultor e posteriormente o produtor urbano) produzir renda e subsistência familiar. Nesse sentido, essa característica acumulada nas experiências desses feirantes vai formulando a construção de sua identidade social, isto é, a sua prática cotidiana dentro do grupo vai moldando socialmente sua percepção/identificação enquanto indivíduo.

De forma simplificada, os feirantes organizados de Toledo podem ser definidos como produtores que vendem seus produtos na feira livre, isto é, sujeitos inseridos num espaço de comercialização que carregam em seu arcabouço identitário traços que perpassam a simples prática de “ofertar e vender”. Este é um indivíduo reconhecido por ter na feira o desenvolvimento da etapa final de seu processo produtivo. Além disso, esse sujeito faz desse local um espaço de socialização, aprendizado e de relações socioculturais com outros feirantes e consumidores.

No interior desse processo de produção/comercialização por meio da feira, estes

indivíduos recorrem a estratégias que permitem o seu estabelecimento dentro dos mercados, de forma sistematizada. Nesse quesito, é determinante a sua organização coletiva, em que por meio do grupo associativo os indivíduos conseguem alcançar seus objetivos individuais.

A formação da Associação dos Feirantes de Toledo (AFERTOL) é uma etapa importante no percurso destes feirantes, tendo em vista a busca de autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Conforme postula Max Weber (1987):

O termo “associação” está reservado a uma relação social que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos, e cuja autoridade é imposta pelas ações de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente ou chefe, geralmente incluindo um quadro administrativo (WEBER, 1987, p.93).

Dessa forma, a ação da associação orienta-se pelos termos da autoridade concedida aos seus quadros, e conseqüentemente na ação desses membros, pautados no objetivo comum previsto pelo grupo.

A organização associativa dos feirantes é essencial como delimitação de um espaço de comercialização no município. A concorrência ao grande mercado, a necessidade de ser um local atrativo e a dificuldade dos produtores venderem individualmente seus produtos requer essa organização coletiva, permitindo uma sistematização de sua atividade e uma visibilidade ao consumidor.

Tendo o feirante em si como objeto deste capítulo, tratamos aqui do conjunto de suas experiências no curso da participação na Feira do Produtor de Toledo, a fim de compreender suas características dentro dessa dimensão da ação coletiva, problematizando sua organização associativa a partir da dinâmica sócio histórica das relações da lógica individual e a aprendizagem coletiva. Ao mesmo tempo analisa a construção desse espaço de decisão e participação dos feirantes no processo organizativo da feira.

Para isso, o capítulo está organizado em seis pontos: a construção da identidade dos feirantes a partir da relação agricultura familiar x feira; a abordagem das diferenças entre o feirante produtor e o feirante não produtor; os marcos da consolidação do feirante como novo sujeito no campo e na cidade; a lógica da organização associativa; a

participação e encaminhamentos das decisões e; as estratégias individuais e coletivas.

3.1 A BUSCA DE UMA IDENTIDADE: FEIRANTE OU AGRICULTOR FAMILIAR?

A consolidação da Feira do Produtor de Toledo como espaço de comercialização da produção de alimentos para o consumo direto demarca um espaço e a afirmação do feirante no município. Nesse contexto, é fundamental a compreensão dos elementos que constituem a construção da identidade desse sujeito histórico. O acúmulo das experiências dos sujeitos que construíram e constroem historicamente a feira de Toledo permite problematizar os elementos que fazem parte da constituição de identidade desse grupo social, remetida ao conjunto de características desse grupo, possibilitando sua identificação e reconhecimento social.

Segundo Denys Cuche (1999), a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Dessa forma, a identidade social do indivíduo caracteriza os vínculos num conjunto sistemático. Ela está ligada diretamente a uma concepção coletiva, de grupo. Conforme apontar o autor:

Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista) (CUCHE, 1999, p.177).

O autor define a identidade como um processo de construção social, que se faz no cerne de contextos sociais que determinam a posição dos sujeitos, orientando suas representações e escolhas. Consequentemente, a construção da identidade produz efeitos sociais reais. Dessa forma, podemos identificar nos feirantes associados na AFERTOL laços comuns a partir de sua localização no grupo, isto é, possuem um laço de pertencimento e ocupação de um espaço frequente em suas trajetórias.

Nessa perspectiva, podemos analisar o feirante de Toledo no contexto de sua identidade social que, segundo Giddens (2005, p.44), “se refere às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros. Elas podem ser vistas como marcadores que

indicam quem, em um sentido básico, essa pessoa é”. Ou seja, no caso destes feirantes, são identificados a partir de marcadores que posicionam esses indivíduos em relação a outros a partir dos atributos que compartilham. Por exemplo, embora muitos destes feirantes sejam pequenos agricultores, nem todos os pequenos agricultores de Toledo são feirantes. Portanto, a identidade social desses feirantes envolve a sua dimensão coletiva enquanto sujeitos da Feira do Produtor.

Sobre esse pertencimento esse grupo social da Feira do Produtor de Toledo, o senhor Cosme, feirante, pequeno agricultor de produtos orgânicos, associado na AFERTOL desde 2008 e que participa também da associação dos produtores orgânicos, relata:

A Feira do Produtor é muito importante para nós. Em primeiro lugar ela garante um espaço para gente poder trabalhar. Em segundo lugar, eu considero a associação como uma família e um já respeita mais o outro. A gente tem um respaldo bom porque você tem onde se socorrer. Qualquer problema que dá você não está sozinho pra resolver (Entrevista realizada no dia 03 de janeiro de 2018).

Tendo em vista a ação histórica de socialização destes feirantes no conjunto de experiências buscando a afirmação desta prática produtiva e comercial no município, é possível afirmar que nesse processo foi se desenvolvendo um sentido identitário entres os indivíduos. Nesse sentido, a “construção” da identidade dos sujeitos que constituem a Feira do Produtor de Toledo remonta ao questionamento sobre os elementos formadores de seus vínculos. Ainda que os traços rurais possam caracterizar a cidade e a feira possa ser vista num primeiro momento com uma extensão das atividades do campo, é incorreto sintetizar sua constituição atual a partir desse ponto. Em seus meandros, são notórias as raízes históricas e a participação da pequena agricultura na formação da feira, porém, este espaço passou por mudanças que permitiram a inserção e de novos sujeitos e afirmação plural dos atores neste local.

Nesse sentido, é possível analisar a construção da identidade do feirante de Toledo a partir de suas representações sociais, os quais são influenciados pelas posições sociais que ocupam nas hierarquias existentes entre as classes sociais. Pode-se afirmar que estes sujeitos elaboram suas representações de acordo com seus interesses, consciente ou inconscientemente vinculadas à posição que ocupam no meio social. De

acordo com Bourdieu (2004), os indivíduos e grupos sociais desenvolvem representações específicas que dão sentido e explicam a sua posição e dos demais na sociedade. Segundo o autor:

As representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses associados a ela) e segundo o seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Nesse sentido, a organização histórica da Feira do Produtor de Toledo marca a construção de um espaço social, que permite a sua sobrevivência do feirante dentro da sistemática do capital, por meio da produção, comercialização e criação de laços sociais entre os envolvidos nesse processo.

No que tange à expansão das atividades desenvolvidas na feira e, conseqüentemente, da ampliação de produtos ofertados, pode-se recorrer a Karl Marx, quando este autor buscava explicar as relações de desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor (2008, p.241), “a produção tampouco é somente particular: constitui sempre um corpo social, um sujeito social, que atua num conjunto - mais ou menos vasto, mais ou menos rico - de ramos de produção”. Nesse sentido, embora a feira assuma uma característica particular, ela estabelece relações sociais de produtores que buscam a inserção sob a lógica do mercado capitalista, de forma que tenha o espaço para comercialização de sua produção e ao mesmo tempo produzir a sua subsistência.

Assim, a Feira do Produtor é um espaço que reflete a origem de sujeito e a dinâmica de seu comportamento produtivo. É, dessa forma, um espaço de influência econômica e social na vida destes feirantes, mesmo que os elementos de sua subjetividade permaneçam arraigados a sua identidade. Apesar da pluralidade existente na formação da associação, o exercício dessa atividade e a forma de trabalho empregada constituem uma identidade coletiva a esse sujeito. Na perspectiva do entendimento totalizante do social, Marx argumenta que (1977, p. 24) “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Ou seja, a formulação deste sujeito está

ligada diretamente à interação entre subjetividade e vida material na atividade destes feirantes.

Conforme dados obtidos nas entrevistas realizadas com 36 dos 60 feirantes associados à AFERTOL, originalmente, antes de ingressarem na feira, os feirantes desenvolviam as atividades discriminadas na tabela abaixo. Apesar de uma gama de funções desenvolvidas, cerca da metade dos entrevistados já desenvolviam em seus lares alguma produção para consumo ou comercialização ambulante ou residencial em pequena escala.

TABELA 3: Atividade desenvolvida pelos feirantes entrevistados antes de ingressarem na Feira do Produtor de Toledo.

Atividade	Nº de feirantes	Percentual
Agricultura	14	38,88%
Vendedor Ambulante	2	5,55%
Vendedor Comercial	3	8,33%
Caminhoneiro	1	2,77%
Construção Civil	2	5,55%
Vidraceiro	1	2,77%
Segurança	1	2,77%
Motorista	1	2,77%
Cabelereira	1	2,77%
Doméstica	2	5,55%
Lar	2	5,55%
Operador de Produção Frigorífico	2	5,55%
Ecônomo de Clube Social	1	2,77%
Pequeno empresário	1	2,77%
Produção Caseira	1	2,77%
Operador de Empilhadeira	1	2,77%
TOTAL	36	100%

Fonte: Resultado da Pesquisa realizada entre os dias 01/11/2017 e 31/01/2018.

A pluralidade existente no interior do grupo de feirantes se expressa também como um espaço de divergência e conflitos. As concepções de relações de trabalho e o desinteresse de alguns na participação de reuniões organizativas e de formação técnica provocam questionamentos internos. Por outro lado, nota-se que a maioria dos feirantes possui uma resistência quanto à infiltração de empreendimentos no interior dessa atividade, que se utiliza de meios produtivos de maior escala e tem como base a mão de obra assalariada. Nota-se que há uma preocupação de muitos feirantes em manter esse espaço como uma possibilidade alternativa às relações comerciais e produtivas capitalistas convencionais dominantes, mantendo-lhes algumas características próprias, principalmente no que concerne a uma produção voltada para a venda na feira e baseada na força de trabalho familiar.

Tendo como referência o conjunto de elementos que formulam a construção da identidade do feirante de Toledo, é imprescindível afirmar que esse se percebe para além de um mero comerciante. Por opção ou necessidade para sua inserção na feira, a ação comercial cumpre apenas a etapa final de seu processo de laboração. Isto é, o comportamento desse feirante tem início no planejamento e desenvolvimento de sua produção, tendo em vista a exposição e venda na feira. Dessa forma, a condição de produtor atrela-se ao ser feirante. Em síntese, nota-se que esse sujeito desenvolve por meio de seu trabalho todo (ou a maior parte) de elaboração/transformação daquilo que é comercializado.

É importante destacar, que a Feira do Produtor não se propõe necessariamente como um contraponto ao modelo hegemônico das relações capitalistas. Genericamente, esse espaço se coloca como possibilidade de um grupo social, que de alguma forma resiste ou não tem acesso às relações predominantes do agronegócio. A feira assume assim uma possibilidade desses sujeitos se reproduzirem socialmente por meio da inserção nos mercados alternativos ao modelo dominante.

3.2 O FEIRANTE PRODUTOR E O FEIRANTE NÃO PRODUTOR: ALGUMAS DIFERENÇAS.

O contexto de formação e formalização da Feira do Produtor de Toledo manteve como princípio organizativo dessa atividade a ideia de um espaço comercial de atuação do produtor urbano e rural, ou seja, um dos princípios norteadores da regulamentação desse meio era a condição de que os feirantes fossem os produtores daquilo que seria comercializado nesse espaço.

Conforme o Regulamento da Feira do Produtor, no artigo 6º, a inscrição do produtor como feirante será efetuada junto à EMATER, por meio da apresentação de documentos para inserção de dados em ficha cadastral, dentre eles, a “prova, sob forma legal, da condição de produtor”. Em si, a formulação deste espaço de comercialização está voltada para a atuação do pequeno produtor, localizado no espaço rural ou urbano.

Conforme foi possível identificar na pesquisa de campo com os feirantes organizados na AFERTOL em todos os pontos de comercialização do município de Toledo, a maioria destes sujeitos é responsável pela produção daquilo que comercializam nas feiras.

TABELA 4 – Força de trabalho utilizada na produção e comercialização dos produtos da Feira do Produtor de Toledo.

Tipo de força de Trabalho	Quantidade	Percentual
Familiar	28	77,77%
Comissão	3	8,33%
Diaristas	4	11,11%
Mensalista	1	2,77%
	36	100%

Fonte: Resultado da Pesquisa realizada entre os dias 01/11/2017 e 31/01/2018.

Tendo em vista a variedade de produtos que são ofertados na Feira do Produtor de Toledo e a necessidade de oferecer produtos de qualidade à população, o processo produtivo e de comercialização deve estar em consonância com as normas de Vigilância

Sanitária. Nesse sentido, por exemplo, a venda de produtos de origem animal deve ser submetida à liberação do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal.

Este quadro de exigências por muitas vezes pode ser um fator limitador para a inserção de um indivíduo a condição de feirante. Além da condição de produtor, é necessária a liberação da Vigilância Sanitária, quando se tratar de produção artesanal de alimentos. Nesse caso, abre-se o precedente para o produtor que será o fornecedor de matéria prima para esta indústria caseira de transformação, mas não será o expositor na feira. Essa particularidade ocorre pela incapacidade de adaptar a sua propriedade às condições de transformação da matéria prima ou, até mesmo pela ausência de força de trabalho suficiente na unidade familiar para atender a demanda dessa cadeia produtiva.

Nesse contexto diverso da origem do feirante e de sua base produtiva, a Feira do Produtor de Toledo apresenta na sua caracterização a faceta de dois sujeitos inseridos neste espaço com algumas distinções: o feirante produtor e o feirante não produtor. Embora possa parecer contraditório do ponto de vista do Regulamento da Feira do Produtor, que exige que o feirante produza seu item para se colocar nesse mercado, algumas condições específicas são fatores compreendidos e regulamentados para que este feirante, que não é necessariamente um “genuíno” produtor, trabalhe nesse local.

Conforme exposto espontaneamente por vários entrevistados feirantes, pela assistente social da EMATER, Claudete Galhardo Frasson, e identificado em pesquisas anteriores realizadas na Feira do Produtor de Toledo (Colla, Andrade, Comarella, Vemura) a ampliação da diversificação de produtos ofertados neste espaço foi fundamental para sua expansão e consolidação. Nesse quadro, a inserção de alimentos de consumo local na sua reformulação em 2001 foi imprescindível em seu fortalecimento enquanto espaço de comercialização. Para isso, foi necessária essa abertura de comercialização, sem, no entanto, descaracterizar os objetivos fundamentais da feira.

Assim, temos no quadro da Feira do Produtor uma expressão coletiva de sujeitos que produzem distintamente, seja na agricultura, na pecuária, no artesanato, na piscicultura, na fábrica caseira de panificações, massas, entre outros. No caso dos pequenos agricultores produtores de hortaliças, geleias, caldos de cana, melado, entre outros, os mesmos executam em suas unidades familiares todo o processo produtivo. Estes feirantes realizam o trabalho da preparação do solo, o plantio, a colheita, o preparo

ou transformação e comercialização de seus produtos posteriormente na feira. Nesse sentido, pelo fato da matéria prima não necessitar de um processo de transformação ampla, é possível realizar todo o processo produtivo.

Por sua vez, alguns pequenos produtores rurais associados à AFERTOL fornecem a matéria prima (carnes) para as indústrias de fabricação e transformação, como salame, defumados e peixes, que seguem exigências sanitárias de transformação, necessitando dessa forma, seguir um caminho um pouco mais complexo. Há o caso, por exemplo, de produtores de peixe que comercializam alimentos derivados deste, mas que, devido às normas sanitárias, precisam comercializar sua matéria prima ao frigorífico e posteriormente adquiri-lo para produção dos itens alimentícios. Da mesma forma, produtores de massas, pães, bolachas, roscas, queijos, tapiocas, pasteis, espetinhos, entre outros, dependem da aquisição de algumas matérias primas industrializadas para elaboração de seus produtos.

A partir dessa gama de produtos ofertados na feira e conseqüentemente as variáveis que esses requerem na sua produção, é possível o estabelecimento de uma distinção peculiar desse feirante: entre aquele que é produtor e aquele que não é. Esse debate é necessário para compreendermos a feira atual dentro de sua perspectiva histórica, dimensionando o processo de construção desse espaço.

De modo geral, todos os feirantes se enquadram dentro da concepção de produtores, visto que, de alguma forma, produzem os itens de consumo comercializados na feira, isto é, ainda que o seu trabalho apenas consista no processamento de uma série de matérias primas que dê forma a um alimento que é comercializado nesse espaço, este feirante ocupou seu esforço na elaboração desse item que ganhou uma forma.

É importante salientar uma característica marcante identificada na pesquisa de campo realizada na feira: não foi identificado o trabalho de intermediários, que buscam nesse meio um atalho para expor e comercializar determinado produto. Embora alguns feirantes recorram a empregados (diaristas ou contratados por comissão), esses ocupam um espaço de trabalho que a unidade familiar não possuía demanda suficiente para atender. Conforme a amostra recolhida na pesquisa, apenas 16,66% dos feirantes (6 dos 36 entrevistados) utilizam força de trabalho externa ao núcleo familiar.

Dessa forma, temos na feira do produtor um sujeito que busca através dessa

intervenção coletiva dos feirantes, o fortalecimento desse espaço importante para a agricultura familiar e dos produtores urbanos, permitindo o desenvolvimento produtivo e de renda dessas famílias.

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO SUJEITO NO CAMPO E NA CIDADE.

A afirmação da Feira do Produtor de Toledo como espaço de exposição e comercialização de um “mix” de produtos marca a afirmação e o reconhecimento do feirante como sujeito social. A consolidação deste modelo de feira no município, tendo como referência principalmente a delimitação de um espaço e a busca dessa relação produção/comercialização pelos feirantes, marca a afirmação de um grupo que produz boa parte de sua sobrevivência a partir desse elo.

Conforme foi possível identificar na pesquisa realizada com os feirantes organizados na AFERTOL, o processo de reorganização da Feira do Produtor a partir de 2001 permitiu o desenvolvimento sistemático dessa atividade, promovendo a sua expansão e consolidação dos sujeitos que participam dessa forma de comercialização de produtos.

Para dimensionar esse processo de afirmação da Feira do Produtor e consequentemente do feirante enquanto sujeito presente no contexto municipal, temos como referência o número de feirantes que em 2001 iniciaram a exposição de comercialização na Rua XV de Novembro. Segundo dados e o relato da assistente social Claudete Galhardo Frasson, eram 33 feirantes, sendo 15 barracas de produtos hortifrutigranjeiros (pequenos agricultores) e 18 de panificações, massas, embutidos, lanches (produtores urbanos). Atualmente, segundo dados da diretoria da AFERTOL, da EMATER e de informações coletadas durante a pesquisa de campo, identificou-se como referência numérica 60 feirantes expondo e comercializando seus produtos nas feiras de Toledo.

Dos atuais feirantes, principalmente aqueles que têm a sua base produtiva fixada no espaço urbano, nota-se que são oriundos das mais diversas atividades: operários, pedreiros, mecânicos, vendedores, domésticas, entre outros. Em muitos dos casos, a feira se apresentou como uma alternativa ao desemprego e significou a afirmação do

trabalho nessa atividade.

No caso dos agricultores familiares, a feira tornou-se um meio importante para exposição de sua produção, deixando de ter um caráter complementar para ocupar um tempo e espaço nos quais o trabalho da unidade familiar estivesse voltado para essa finalidade.

Dirce Kazumi Vemura (2005) destaca em sua pesquisa acerca do perfil dos produtores da Feira do Produtor de Toledo que esta atividade se apresenta como uma alternativa importante de comercialização direta de seus produtos aos consumidores, transpondo as barreiras existentes nos canais tradicionais de comércio que dificultam a entrada no mercado, como as dificuldades em atender exigências legais e quantidade e qualidade que os meios comerciais exigem. Nesse contexto, é importante ressaltar, conforme verificado na pesquisa, que a comercialização na feira permite uma produção em pequena escala, realizada apenas na unidade familiar e utilizando a força de trabalho destes. Além disso, é importante ressaltar a relativa autonomia que estes produtores possuem na relação produção x comercialização, isto é, possuem o domínio sobre o trabalho desenvolvido nesse processo produtivo.

Nesse processo, o fato de consumidores e produtores terem o contato direto na feira no momento de comercialização permite que haja um estreitamento de relações entre ambos, incidindo num processo de trocas e trabalho que permita adequar os produtos disponíveis de acordo com a demanda. Conforme destaca Cristiane Alexandra Comarella (2008), os feirantes buscam priorizar a qualidade dos alimentos para atender a demanda dos consumidores, visto que estes, em grande parte, se preocupam com a qualidade dos alimentos.

A assistente social da EMATER, Claudete Galhardo Frasson, destaca esse processo de afirmação da feira e conseqüente de seu sujeito social:

A feira uma atividade importante na geração de renda. Principalmente pelo fato de todas as vendas serem feitas a vista, no dinheiro. Se esse produtor for vender no mercado, ele precisa fazer reposição, recebe o dinheiro a cada 30 a 40 dias, isso quando não precisa pegar um vale para troca por mercadorias. Então, a pessoa que entra na feira não quer sair. Se ele tiver um produto de qualidade terá uma margem boa de vendas. Inclusive, se tiver a possibilidade, ele irá buscar oportunidades em outros pontos de feira na cidade (Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2018).

Nesse sentido, é possível afirmar, que a feira deixou de ter apenas um caráter complementar de trabalho e renda para os feirantes associados¹⁰. Embora muitos comercializem sua produção em suas casas, sejam fornecedores de supermercados e mercearias, estejam inseridos em programas governamentais da Agricultura Familiar (COFATOL), a afirmação da Feira do Produtor marca uma inversão sobre processo de finalidade da produção de muitos feirantes. Esse espaço de comercialização ocupa o foco principal de muitos produtores para inserção de seus produtos e consequentemente de produção de renda.

Cristiane Alexsandra Comarella (2008) destaca que a feira na cidade se constitui como um espaço que possui uma função social que acaba por alterar a organização do espaço urbano. É um local de comercialização que procura atender as expectativas dos consumidores, cada vez mais exigentes, e que enfrenta a concorrência com os grandes mercados.

Assim, a ocupação desses espaços públicos para a realização da feira ocorre em consonância com a demanda da região e solicitação da comunidade em que ela pretende se estabelecer, isto é, seguindo a possibilidade de atendimento no local e demanda da comunidade para o consumo. Conforme destacou Claudete Galhardo Frasson¹¹ “a EMATER e Secretaria de Agricultura estudam a possibilidade, veem as condições do local, se é possível utilizar aquele espaço (rua, calçada) para a Prefeitura instalar o padrão de luz”. Essa expansão para os diversos pontos da cidade amplia o reconhecimento dessa atividade, se aproximando das pessoas nos locais que essas residem e trabalham.

Nesse sentido, a afirmação desta atividade comercial no município de Toledo e, consequentemente, o estabelecimento de um conjunto de sujeitos que passam a ser

¹⁰ Conforme identificado na pesquisa de campo realizada entre os dias 18 de outubro de 2017 e 04 de abril de 2018, uma parcela dos feirantes de fábricas caseiras (panificações, massas, embutidos, defumados) são MEI (Microempreendedor Individual), como forma de comercialização de seus produtos em supermercados, panificadoras, entre outros, visto a necessidade da constituição de CNPJ. Conforme definição, o MEI é o pequeno empresário individual que atende as condições abaixo relacionadas:

- a) tenha faturamento limitado a R\$ 81.000,00 por ano;
- b) Que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa;
- c) Contrate no máximo um empregado;
- d) Exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XI, da Resolução CGSN nº 140, de 2018, o qual relaciona todas as atividades permitidas ao MEI.

¹¹ Entrevista realizada no dia 04 de abril de 2018.

reconhecidos pelo trabalho e produção da feira, marca ao mesmo tempo o reconhecimento de seu local no espaço público. Ainda que a ocupação destas vias se dê num processo temporário (uma vez por semana), seguindo alguns “improvisos”, o espaço de realização da feira alcançou sua consolidação no centro da cidade e bairros. Conforme foi possível identificar nos diversos pontos onde foi realizada a pesquisa, de modo geral as pessoas sabem que naquele dia, naquele horário há feira naquele local.

Essa afirmação no circuito de vendas da Feira do Produtor em vários locais do município de Toledo implica numa “concorrência” com os mercados comerciais. Segundo Marx (2010), em sua análise dos fatores determinantes do preço de uma mercadoria, a concorrência entre compradores e vendedores e a relação entre a procura e aquilo que se fornece é determinante em três aspectos:

A mercadoria é oferecida por vários vendedores. Aquele que vender mercadorias igual a um preço mais barato certamente vencerá os outros vendedores e fará seguramente a maior venda. (...) Temos, assim, uma concorrência entre os vendedores, que faz baixar o preço das mercadorias oferecidas por eles. Mas há também uma concorrência entre os compradores que, por seu lado, faz subir o preço das mercadorias oferecidas. E há, finalmente, uma concorrência entre os compradores e vendedores: uns querem comprar o mais barato possível; outros, vender o mais barato possível (MARX, 2010, p. 38).

Nesse aspecto, é importante salientar que os produtos comercializados na feira não são necessariamente ofertados a preços menores que os supermercados, por exemplo. Isso de certa forma incorre numa dificuldade de concorrência com esses, que em muitos casos dispõem de unidades próximas à feira. Como forma de alcançar a concorrência com estes estabelecimentos, reiteradas vezes foi afirmada pelos feirantes a necessidade da oferta de produtos frescos e de qualidade. Nesse aspecto, o senhor Eli, feirante há 12 anos, pequeno agricultor e produtor orgânico salienta:

Precisamos trabalhar na oferta de um produto de qualidade, saudável, para termos uma boa clientela. Aqui por exemplo, temos um supermercado do lado, que muitas vezes vende mais barato que a gente. Eles pegam em grande quantidade no CEASA, conseguem vender por um menor preço. A gente consegue concorrer por ter na feira produtos frescos, colhidos no dia, com melhor qualidade. Como não temos um fim de grande produção e temos o contato direto com o consumidor, conseguimos assim qualificar aquilo que produzimos (Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2018).

Nesse sentido, é uma preocupação recorrente dos feirantes tornar este espaço atrativo à população. Nisso, a variedade de produtos e a manutenção de um status qualitativo são fundamentais na concorrência com o grande mercado. Considerando o processo de reformulação da Feira do Produtor de Toledo em 2011, tendo ocorrido sua expansão por diversos pontos do município e inserção de vários feirantes nessa atividade, é possível afirmar que, mesmo diante das dificuldades da concorrência do grande mercado, a feira se mostra sustentável enquanto meio de comercialização do pequeno produtor.

Dessa forma, estando a feira presente em diversas regiões da cidade e tendo o seu sujeito uma estabilidade no desenvolvimento dessa atividade, temos conseqüentemente a afirmação deste sujeito enquanto grupo social, ou seja, o feirante se reconhece e é identificado num conjunto de sujeitos atores que envolve uma interação regular e possuem uma identidade coletiva comum.

Esse processo de afirmação do feirante numa dimensão coletiva de organização e ao mesmo tempo como sujeito social que faz dessa atividade um meio de sua reprodução de vida, marca o estabelecimento de um sujeito no espaço urbano e rural do município de Toledo. Isto significa, que mesmo aquele produtor integrado ao modelo produtivo da agricultura familiar e que é reconhecido nessa categoria, carrega em sua identidade o “ser feirante”, ou seja, ele dedica parte de seu tempo e esforço na produção para atender a feira dentro de seu planejamento semanal. Da mesma forma, o produtor urbano que comercializa seus produtos em outros locais, tem na atividade desenvolvida na feira uma sistematização produtiva e comercial.

3.4 LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA

A consolidação da Feira do Produtor como atividade produtiva/comercial e base de reprodução social de um grupo de trabalhadores e, conseqüentemente, a afirmação do feirante enquanto sujeito de um grupo social organizado, nos fornece a possibilidade da problematização dos elementos que formulam as ações coletivas desse organismo que reúne esses atores.

A formação da AFERTOL (Associação dos Feirantes de Toledo) marca a busca de um processo organizativo autônomo encaminhado pelos seus atores. No contexto geral da dimensão de sua representação populacional dentro do município, a associação pode ser identificada como um pequeno grupo (cerca de 60 famílias associadas) o qual está reunido de forma sistemática. Além disso, como já apontado acima, esse coletivo tem consciência dos aspectos comuns que forjam a sua coletividade desde o processo produtivo até contato mútuo entre esses atores na realização da feira.

Dessa forma, ser associado da AFERTOL significa a possibilidade de participar da Feira do Produtor, podendo assim comercializar seus produtos sem ter que depender de um espaço individual próprio ou concorrer diretamente com o grande mercado. A associação representa a condição de desenvolvimento do trabalho e da reprodução social destes pequenos produtores por meio da feira, tornando a expressão de um domínio parcial sobre o processo produtivo, de forma que esse feirante pode organizar o seu trabalho em conformidade com a capacidade de força de trabalho da unidade familiar.

Nessa perspectiva, a inserção na Feira do Produtor requer do feirante uma preocupação além da organização produtiva de sua unidade familiar, ou seja, é necessário se integrar com a entidade (AFERTOL) em si. Embora esse indivíduo tenha autonomia na organização de seu trabalho, a ocupação desse espaço público depende de um entendimento coletivo de organização, sendo necessária para o funcionamento da feira, a sua reprodução associativa.

A organização associativa dos feirantes de Toledo expôs alguns desafios e dificuldades para execução desse formato. Por exemplo, no que tange às experiências dos feirantes associados na AFERTOL em outras associações, foi identificado na pesquisa que apenas $\frac{1}{4}$ destes feirantes participam ou participaram de outros tipos de associações (moradores, comunitárias ou de produtores orgânicos). Nesse sentido, a Associação dos Feirantes de Toledo significou para a maior parte desses sujeitos a primeira experiência nesse tipo de organização, tendo sido um instrumento de aprendizagem dessa lógica organizativa.

Apesar da experiência de participação em outras associações não ser algo comum entre os feirantes entrevistados, é possível identificar que essa experiência não é inaugurada em 2014 com a formalização da AFERTOL. Conforme informado pelos

feirantes, desde a organização da Feira do Produtor em 2001, já existia a “associação”, embora não respondesse oficialmente pelos assuntos referentes à feira. Mas, por outro lado, há evidências de participação e deliberação coletiva desses sujeitos. Conforme a pesquisa de Andrade (2010) aponta, em 09 de junho de 2005, os feirantes organizaram a discussão e elaboraram coletivamente o seu Regimento Interno, para atender à exigência do Programa Municipal de Apoio a Feira Municipal.

Dentre as medidas discutidas e encaminhamentos elaborados, esse debate coletivo estabeleceu os pré-requisitos estabelecidos para que o agricultor e o produtor urbano pudessem participar e comercializar seus produtos, sendo: 1) provar a condição de produtor declarando o lugar de sua produção; 2) declarar os produtos que serão comercializados; 3) os produtos embalados deverão conter o nome do produtor, o nome do produto, peso, endereço do fabricante data de fabricação e vencimento; 4) os produtos industrializados deverão ser liberados pela Secretaria de Saúde de Toledo, do Estado ou Federal; 5) o produtor deve filiar-se à associação de feirantes. Os produtos adquiridos na feira são proibidos de serem revendidos para estabelecimentos comerciais, outras feiras livres, ou para comércio de qualquer natureza.

Assim, é possível verificar que historicamente esses sujeitos participaram ativamente da formulação da feira e suas normas de funcionamento. Ainda que tivessem o apoio direto de entidades como EMATER e Secretaria de Agricultura do município, o envolvimento desses indivíduos nesse processo organizativo foi importante para consolidação dessa atividade.

A constituição oficial da Associação dos Feirantes de Toledo foi, segundo relato de muitos feirantes, um passo dado para terem sua autonomia associativa e ao mesmo tempo atender as regulamentações legais para obtenção de investimentos de recursos públicos, visto as prerrogativas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme relata o senhor Hélio, produtor urbano, feirante há 16 anos:

Quando foi criada a Feira do Produtor em 2001 ela era dominada pela Prefeitura e pela EMATER. A associação dos feirantes foi formada agora, a poucos nos atrás que foi criada a AFERTOL. Antes disso a gente tinha a associação¹², mas

¹² Conforme exposto do Regulamento de criação da Feira do Produtor em 2001 e relatado por vários feirantes nas entrevistas, a associação dos feirantes existiu desde 2001, com composição de diretoria. No entanto, a mesma não possuía formalidade legal, sendo apenas um mecanismo organizativo dos feirantes

não era nada legalizada. (...) Na época, o atual presidente, na primeira gestão dele, aquela diretoria eles que chegaram a se aprofundar mais para daí discutir e constituir a associação. Na realidade, precisava de ter uma associação, não fugindo do apoio da EMATER e Prefeitura, porque foram eles que deram o suporte, como até hoje, se precisarmos de apoio eles dão também. (...) Esse apoio é mais técnico. Quando precisamos de palestras, essas coisas, eles organizam para a gente (Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2017).

Além disso, a organização associativa dos feirantes é fundamental para utilização dos espaços públicos para exposição e comercialização dos produtos. Conforme identificado nas entrevistas, apenas feirantes cadastrados na AFERTOL têm autorização para instalação de barracas, as quais devem seguir um padrão já estabelecido e possuem locais demarcados para se estabelecerem. Em alguns pontos da cidade (Centro, Jardim Porto Alegre, Vila Pioneira) é necessário o fechamento da via para tráfego de automóveis, o que requer a autorização da Prefeitura de Toledo. Nos demais locais, a instalação das barracas ocorre sobre calçadas ou espaço de praças públicas. Conforme prevê a regulamentação da Feira do Produtor, somente o feirante vinculado a associação da Feira do Produtor dispõe de autorização para expor e comercializar seus produtos nos espaços delimitados e horários previstos.

Retomando o contexto da criação da Associação dos Feirantes de Toledo, conforme foi possível identificar, este foi passo dado buscando o fortalecimento dessa organização. Conforme relata o feirante Cosme:

A associação foi criada buscando somar mais forças. Tinha muitos assuntos que tinham que ser resolvidos dentro da feira mesmo, com a associação tem mais poder para tomar as decisões. Hoje temos uma diretoria formada, que acompanha. Antes de ter a associação era um pouco mais difícil, um decidia de uma forma, outro de outra. Agora está bem mais prático, todo feirante tem mais segurança, se surgir qualquer imprevisto, cada um sabe a quem recorrer (Entrevista realizada no dia 03 de janeiro de 2018).

Nesse sentido, a formalização da AFERTOL ocorre diante da necessidade de se tomar decisões e encaminhar ações com alguma autonomia por parte dos feirantes, de forma que supere a dependência externa para situações que pudessem ser resolvidas dentro do próprio grupo. Dessa forma, a constituição associativa, formalizada no seu

para discussão junto aos entes públicos (Secretaria de Agricultura e EMATER) que cuidavam do processo burocrático e organizativo da Feira. Em 2014 foi formalizada em assembleia entre os feirantes a AFERTOL.

espaço hierárquico, permitia uma lógica organizativa de estabelecimento de tarefas a ser desenvolvida pelo conjunto dos indivíduos participantes e ao mesmo tempo a sistematização do poder entre os indivíduos envolvidos na Feira do Produtor.

Nesse ordenamento hierárquico da Associação dos Feirantes de Toledo, o seu Estatuto Social define a Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal como instâncias de poder social da associação. Assim, na escala de deliberações, a AFERTOL constitui-se numa esfera de poder coletivo, embora cotidianamente, a responsabilidade e delegação de funções estejam à cargo dos membros diretores. Nos encaminhamentos cotidianos, conforme relata o feirante Walmir, “compete à diretoria dinamizar, orientar o processo de organização da feira, fazendo com que as regras sejam cumpridas e as coisas funcionando normalmente” (Entrevista realizada no dia 28/12/2017).

Tendo em vista a participação dos associados no processo de tomada de decisão e debates sobre assuntos inerentes à feira, um expediente utilizado para decidir acerca das ações emergentes e menos complexas a serem desenvolvidas pela associação é a realização de reuniões entre os feirantes. A assembleia, instância máxima de poder dos associados, ocorre, conforme previsto em Estatuto, pelo uma vez ao ano e / ou, quando um assunto relevante requer a sua realização extraordinária.

De modo geral, a ação prática dos associados da AFERTOL está organizada sob uma lógica de ajuda mútua, que demanda um envolvimento coletivo de seus membros na realização semanal da feira. É possível identificar entre os feirantes uma relação de companheirismo e responsabilidade. Apesar de muitos deles comercializarem o mesmo tipo de produto, não se evidencia uma concorrência explícita entre eles. Pelo contrário, nota-se que esses compreendem a necessidade da preservação do instrumento coletivo, garantindo assim o espaço para exposição e venda de seus produtos.

Nesse sentido, o funcionamento e organização do espaço da Feira do Produtor requer um padrão normativo de comportamento dos associados (feirantes). Como estipulado no Estatuto e no Regimento Interno, existe um conjunto de normas que devem ser cumpridas, mediante sanções previstas nesses documentos em caso de burlarem as regras. Conforme identificado nas entrevistas realizadas com os feirantes, ampla maioria dos entrevistados conhece, ainda que genericamente o Estatuto Social ou as normas gerais (horários, locais de instalação de barracas, produtos permitidos, questão do

respeito com os consumidores e entre os feirantes, entre outros) de funcionamento da feira.

3.5 PARTICIPAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE DECISÕES

A formalização da Associação dos Feirantes de Toledo marca um processo de autonomia desse grupo social na tomada de decisões e ações que envolvam a Feira do Produtor. Ainda que mantenham uma relação estreita com a EMATER e a Secretaria de Agricultura do município de Toledo principalmente naquilo que se refere ao apoio técnico e a busca de recursos através de políticas públicas, a organização associativa desses sujeitos indica a sua afirmação e capacidade de gerir este espaço.

Essa relativa autonomia alcançada pela AFERTOL expõe a necessidade de que esse grupo realize coletivamente discussões e tomada de encaminhamentos sobre o funcionamento da Feira do Produtor e solucione eventuais problemas que surgem cotidianamente. Nesse aspecto, conforme pressupõe o seu fundamento coletivo, é necessário participação efetiva do quadro de feirantes associados nas ações a serem desenvolvidas.

Conforme exposto anteriormente, a constituição coletiva dos indivíduos da AFERTOL é produto de uma pluralidade de experiências sociais anteriores. Agricultores familiares e pequenos produtores urbanos trazem no seu arcabouço histórico o resultado de uma série de funções e tentativas de trabalho desenvolvidas em vários pontos da cidade de Toledo desde os anos de 1980 que implicam nas relações sociais entre os associados.

No cotidiano das relações do trabalho desenvolvidas diretamente na Feira do Produtor, ocorrem alguns conflitos entre esses feirantes, geralmente pelo não cumprimento de regras ou situações banais do dia a dia. Apesar disso, como exposto pelos entrevistados, nunca ocorreu uma situação que ultrapassasse a fronteira da discussão. Nesse aspecto, a maioria dos feirantes entrevistados relata a importância da formalização da AFERTOL e conseqüentemente de suas instâncias de poder (diretoria, conselho) os quais, mediante as determinações estatutárias dispõem de poder para

mediação e eventuais punições às infrações das regras estabelecidas. Conforme apontou o senhor José, presidente da AFERTOL, as regras foram sendo alteradas ao longo do desenvolvimento da feira:

“Muitas regras a gente segue desde 2001. Algumas coisas foram sendo mudadas no decorrer do tempo. Muitas regras foram encerradas. Eram regras que não tinham um consenso entre nós. Por exemplo, até 2014, se você faltasse em uma feira, pagava uma multa de 50 reais. Hoje não existe mais isso. Se você faltou uma feira, você vai explicar o porquê você faltou. Se foi por conta de uma doença, vai apresentar um atestado médico, sem necessidade de agendar a falta. Se a pessoa vai sair de férias, tirar uma folga, ele faz o agendamento, comunicando a diretoria antecipadamente. O que não é aceito é o cara deixar de vir fazer a feira para ir festar sem avisar a gente. Nós temos buscado resolver os problemas conversando com o feirante, fazendo ele entender a necessidade de cumprir as regras definidas nas reuniões e assembleias” (Entrevista realizada no dia 07 de dezembro de 2017).

Conforme relatou o presidente, o Estatuto e o Regulamento Interno são alterados conforme o consenso entre os feirantes, seguindo os espaços de deliberações previstos (reuniões, assembleias). Ao mesmo tempo, identifica-se nos relatos dos feirantes entrevistados o reconhecimento da importância das discussões coletivas, tendo em vista a busca de melhorias e o fortalecimento da feira. Embora muitos não participem diretamente das ações, compreendem a importância desse instrumento associativo e o esforço empregado por alguns sujeitos para organização da Feira do Produtor.

Nesse sentido, tendo como referência a importância dessa organização coletiva, pode-se afirmar que os associados da AFERTOL dispõem do privilégio, segundo Olson (2015, p.75), de “terem ao seu dispor não somente incentivos econômicos como, talvez, incentivos sociais que podem levar seus membros a trabalhar pela consecução de benefícios coletivos”. Em outras palavras, o fato desses feirantes se conhecerem e terem uma relação que os aproxima tanto nos objetivos quanto na relação de trabalho, permite um maior esforço coletivo em prol do grupo social. Além disso, o apoio do poder público (EMATER e Prefeitura) ocorre somente pela constituição de um coletivo de atores que fomentam esta atividade produtiva/comercial.

Em certa medida, o fato de esse grupo estar reunido em grande parte (cerca de 80% dos associados) semanalmente no mesmo local (Centro de Toledo) para comercialização de seus produtos, permite uma aproximação e envolvimento entre os indivíduos nos assuntos referentes à AFERTOL. Esse contato direto constitui um

elemento facilitador na tomada de decisões, o repasse de informações, a criação de laços de amizade e a compreensão desse espaço como resultado de uma ação coletiva.

Conforme relatado também pelo feirante Valmir, os pequenos conflitos e problemas existentes no interior dos locais de Feira do Produtor geralmente são resolvidos ali mesmo, por meio da intermediação das lideranças presentes nesse espaço.

Na verdade funciona assim: quando ocorre um problema aqui na feira, a maioria decide. Qualquer situação dentro da feira que é colocada, o conjunto vai decidir o que será feito. Geralmente, os feirantes do local onde está instalada a feira buscam um consenso e decidem o que fazer. No caso de não chegar a um acordo, a diretoria vai se reunir e tomar as medidas necessárias para resolver. (...) Existem varias regras: às vezes o cara deixa de vir sem avisar, não usa o uniforme... Assim, às vezes, por exemplo, eu que trabalho com lanche, não venho e não aviso os demais, vai prejudicar o funcionamento da feira, porque vai faltar produto para outros feirantes que trabalham com lanche também. Esse cliente que vem comprar comigo, se eu não estiver, vai procurar outro feirante para adquirir (Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2017).

Nesse quesito das ausências de feirantes nos dias de feira, a pesquisa identificou que esse não é um expediente corriqueiro. Nos diversos locais, os demais sabiam os motivos da ausência (foram identificados poucos casos de feirantes ausentes nos locais previstos e, conforme informado pelos demais colegas, fazia parte de um agendamento prévio. Dentre os motivos de ausência, identificou-se os dias de férias/folgas que esses têm direito anualmente ou tratamento de saúde). Entre os motivos que norteiam a atuação assídua nessa atividade, está o fator econômico, visto que muitos dependem das vendas nesse local para sua subsistência.

Nesse aspecto, nota-se que existe uma preocupação coletiva entre os feirantes em manter uma organização, de forma que preserve a feira como um espaço atrativo. Esse cuidado se expressa nas relações cotidianas, locais esses que podem ser locais de conflito entre estes sujeitos, conforme discorre o feirante Hélio:

Você sabe que a divergência sempre existe, mas nada assim demais, uma coisa verbal, sempre tem um ou outro problema que é discutido dentro da associação. Acontece às vezes casos de um ou outro feirante trocar umas farpas, mas isso é contornável, amanhã depois já está tudo certo. (...) Temos as normas internas, o nosso regimento que reza o bom comportamento de cada feirante. Ele tem seus benefícios e suas obrigações também. Então, tipo assim, tudo é regido pelo nosso Estatuto, desde horário, postura dentro da feira, a pessoa tem que estar com uma boa higiene pessoal, são tudo questões que estão no nosso regimento interno. (...) Geralmente, cada um observa o outro, então se ajesta, cada um

procura ajudar o outro. Daí quando é um extremo que o cara não aceita ouvir o conselho, procuramos a diretoria, que vai tomar as providências. Nós temos que zelar da feira, porque hoje se eu deixo de atender um cliente meu aqui, por mais que essa barraca seja o meu espaço, esse cliente quando sair daqui não vai falar da minha barraca, ele vai falar da “feira”. Então ele estará se referindo ao coletivo, por isso que dentro do nosso regimento cobramos muito uns aos outros a postura, a pessoa tem que se portar bem. Fizemos curso em cima disso também, porque hoje se eu não atender bem o cliente, ele deixa de comprar comigo e deixa de comprar com outros feirantes (Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2017).

Ainda no campo da participação de decisões e das informações cotidianas entre os feirantes, verificou-se uma dificuldade daqueles que não estão inseridos na Feira do Produtor localizada no centro de Toledo. Conforme identificado entre os entrevistados que dispõem de barracas somente nos bairros ou no interior, há um distanciamento da diretoria em relação a esses feirantes. Isso reflete diretamente na participação efetiva nos debates e acesso aos assuntos inerentes a AFERTOL. Inclusive, nota-se uma desinformação dentre esses indivíduos sobre as instâncias de poder da associação. Em síntese, sabem que ela existe e fazem parte, mas não têm uma noção precisa do seu papel nesse coletivo. No conjunto do corpo associativo, isso pode ser compreendido como um problema na construção coletiva, visto que entre os feirantes há uma representação de cerca de 20% de feirantes que não estão estabelecidos no centro de Toledo.

Remetendo ao debate para os possíveis ganhos da ação coletiva desses feirantes, verificou-se que entre esses não há o recolhimento de um valor econômico da associação que é compartilhado entre os associados. Como disposto no seu princípio legal, a associação em si não dispõe de fins lucrativos. O ganho desses sujeitos se dá individualmente por meio daquilo que cada feirante comercializa em suas barracas. No entanto, a construção social desse espaço, tendo como base a organização coletiva permite que esses indivíduos (agricultores familiares e pequenos produtores urbanos) mantenham esse espaço mercadológico e produzam renda por meio desse trabalho.

Nesse sentido, o envolvimento nas ações coletivas e a compreensão da feira a partir desta perspectiva de interdependência entre esses indivíduos, alavanca elementos que permitem o funcionamento da Feira do Produtor nos diversos pontos do município. Ainda que os resultados econômicos obtidos nessa atividade dependam da produtividade individual, a sua inserção nesse espaço só é possível pela lógica de organização coletiva,

ou seja, é indispensável que esse conjunto de produtores disponha desse instrumento associativo.

Assim, a participação e decisões tomadas entre os associados devem objetivar o fortalecimento da AFERTOL. Embora não tenha sido identificado entre os entrevistados qualquer projeto coletivo que esteja sendo discutido entre eles, nota-se que esses se preocupam com a manutenção do funcionamento desta organização, haja vista a importância que esse espaço tem no desenvolvimento do trabalho familiar desses sujeitos e conseqüentemente na sua subsistência.

3.6 ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Tendo como referência a elaboração desenvolvida até aqui, é possível afirmar que a prática de feira em Toledo faz parte de um processo histórico de tentativas de vários indivíduos na comercialização seus produtos no espaço urbano do município. Paulatinamente, o seu percurso passou por mudanças que visavam à sustentação e viabilidade da atividade. Hoje, ser feirante significa para grande parte desses sujeitos “ter a possibilidade de trabalho e da subsistência” com um pouco menos de incertezas que outrora.

A constituição de um grupo de feirantes foi etapa fundamental para essa afirmação. Como já previsto em constituição, o novo modelo de Feira do Produtor trouxe na sua elaboração a preocupação da sustentação dessa atividade, bem como a sua proposta consistia na inserção de um coletivo de indivíduos. Dessa forma, é possível identificar nesse processo que a organização associativa da AFERTOL tem por objetivo o desenvolvimento de estratégias coletivas entre os feirantes, de forma que agregue benefícios comuns para a comercialização de seus produtos. Isto é, o estabelecimento da feira nos diversos locais da cidade requer um planejamento e ação dos indivíduos que irão expor e comercializar suas mercadorias e ao mesmo tempo uma dinâmica atender essas demandas.

Assim, a constituição associativa permite transpor essas barreiras que dificultam a inserção comercial individual desses produtores. Conforme relata o feirante Dimas,

produtor familiar urbano desde 2005, a organização associativa da AFERTOL é importante na perspectiva do estabelecimento e na preparação do espaço onde eles expõem seus produtos:

Por exemplo, a associação permite que possamos reivindicar e articular apoio junto a Prefeitura. Assim, a entidade tem mais força para buscar ajudas. O trabalho na feira tem muita burocracia. Temos problemas para resolver. Precisamos organizar a liberação das vias públicas, adequar nosso local de estacionamento, a questão da energia elétrica (DIMAS, Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2018).

Como é possível identificar nesse relato e em afirmações de outros feirantes, a constituição coletiva é essencial para a vida da feira. Ainda que a AFERTOL disponha de autonomia nas suas decisões e encaminhamentos, a ocupação dos locais de exposição e venda requer uma parceria da Prefeitura, visto que se utiliza de espaços públicos, desprovidos de uma estrutura ampla. Ao mesmo tempo, a realização da feira depende de estrutura funcional, como por exemplo, energia elétrica, a qual depende da disponibilidade de um padrão em espaço público para utilização desse recurso e ao mesmo tempo disponha de condições para funcionamento da feira.

Embora a ideia de coletividade possa parecer predominante nas relações entre os feirantes, é importante destacar que as ações individuais desenvolvidas pelos feirantes no processo produtivo e comercial têm importância similar ou equivalente à estratégia coletiva. Inclusive, é uma condição antecedente. Antes de ser feirante, esse indivíduo é um produtor familiar, ou seja, está localizado numa dinâmica produtiva pequena, buscando na forma coletiva de mercado realizar a etapa final de seu trabalho.

Individualmente, os feirantes associados na AFERTOL planejam e executam em suas unidades produtivas o processo que dá forma ao que é comercializado. Dessa forma, a força de trabalho empregada no processo de produção depende da capacidade individual de cada feirante. Inclusive, essa é uma condição necessária para ele atuar nessa atividade na Feira do Produtor, isto é, ter a capacidade de ofertar sistematicamente seus produtos nos pontos o qual o produtor está cadastrado para expor e comercializar.

A própria comercialização de seus produtos segue uma organização individual de cada produtor, utilizando-se de um volume de força de trabalho que se adéqua à necessidade exigida para atendimento e venda junto aos consumidores da feira. A

organização segue uma sistematização individual de cada feirante com seus respectivos produtos.

É importante salientar que há situações, em que alguns produtores dividem uma barraca com outros para exposição e comercialização. Dentre o quadro de entrevistados, foi identificada uma amostra de cerca de 10% de feirantes organizados em parceria/sociedade nesse espaço. Apesar disso, esses seguem rigorosamente um planejamento produtivo, que atenda à demanda de consumidores. Ainda assim, é válido destacar que essa é uma alternativa encontrada por pequenos produtores para ingresso e manutenção de si na Feira do Produtor.

Embora essa relação individual X coletivo possa supor uma contradição na problemática proposta pela pesquisa, é importante salientar que a lógica coletiva se expressa naquilo que efetiva a parte final do processo produtivo desses indivíduos: a comercialização e, conseqüentemente, a utilização da feira como meio para isso. Nesse sentido, todo trabalho inicial é minimamente planejado/desenvolvido na perspectiva dessa forma de mercado.

Conforme relatou o feirante Walmir, é fundamental que cada produtor inserido nesse espaço pense e trabalhe na perspectiva coletiva:

É importante que cada feirante esteja preocupado com a valorização da feira, oferecendo um produto bom, de qualidade, que agregue valor para a feira. Temos que pensar no conjunto, não podemos pensar só em você. Se eu for uma pessoa que atende mal, não uso avental, toca, que faz coisa errada aqui na feira, o cliente que sair daqui não vai falar da minha barraca, ele vai levar o nome da feira. Então essa é uma preocupação que temos no dia a dia por aqui entre os feirantes. (...) outra coisa é a questão dos horários de início da feira. Temos em cada ponto da cidade um horário para começar e para fechar a feira. Tem alguns produtos que a venda termina mais cedo. Mas eles têm que ficar até o fim da feira. Temos que pensar no lado de todos, para ser vantajoso para todo mundo. (Entrevista realizada no dia 28/12/2017).

Como descrito no relato acima e identificado entre a maioria dos entrevistados, existe uma preocupação coletiva com a preservação do espaço da Feira do Produtor e uma boa imagem perante a opinião pública. O bom atendimento, o respeito entre os feirantes, a qualidade e variedade dos produtos, a capacidade de oferta a demanda existente, o cumprimento de horário de início e fim da exposição são requisitos fundamentais para o bom funcionamento da feira. Em síntese, a sustentação da feira

depende primordialmente de que as pessoas se desloquem até esse espaço. Além disso, embora a feira possa ser caracterizada genericamente como um espaço de passagem de muitas pessoas, nota-se que vários feirantes dispõem de clientes cativos, que passam no local semanalmente, sendo muito importante conservar a fidelização dessa parcela de consumidores.

Como se evidencia na abordagem com os feirantes, a vida saudável da feira faz parte de um interesse coletivo de seus sujeitos. Nesse sentido, esse processo de transição de trabalho de produção e comercialização individual para uma lógica de mercado coletivo expõe uma dinâmica de adaptação/aprendizado entre esses sujeitos. Conforme destaca Ostrom (1992, *apud* LAZZARETTI 2003), o processo de construção de ação coletiva pode ser identificado a partir da aprendizagem coletiva, da delegação de responsabilidades e do estabelecimento de regras.

Esse processo de inserção e afirmação na Feira por parte de agricultores familiares e pequenos produtores urbanos expressa um caminho coletivo de experiências que forjam a sua ação. Por exemplo, quando no ingresso na feira, o ato de comercializar, constituiu para grande parte dos atuais feirantes a primeira experiência sistematizada de comercialização direta ao consumidor. Isso implicou em dificuldades dentre esses indivíduos em um primeiro momento.

A estratégia adotada, conforme exposto por vários feirantes e pela assistente social da EMATER Claudete Galhardo Frasson, foi a realização de cursos formativos de atendimento, de boas práticas de produção, entre outros. Essa capacitação dos feirantes tinha por objetivo aperfeiçoar a relação com o consumidor e agregar qualidade ao produto oferecido.

Além dessa capacitação formal a qual os feirantes tiveram acesso a partir da constituição da Feira do Produtor de Toledo a partir de 2001, a própria experiência de trabalho nessa atividade serviu no decorrer dos anos de ferramenta de aprendizado entre eles. Por exemplo, a necessidade de adequar o produto a uma melhor aceitação do consumidor, a troca de experiências entre os feirantes na dinâmica de organização produtiva, entre outros, constituem uma lógica de qualificação do trabalho e produtos destes indivíduos.

Inclusive, conforme relato de vários feirantes, a organização associativa da

AFERTOL foi fundamental na elaboração de propostas de capacitação realizadas pela EMATER e Prefeitura Municipal. Ou seja, a constituição coletiva desse grupo permitiu o planejamento de algumas intervenções de políticas públicas que subsidiassem a melhoria e o funcionamento da feira.

Outro importante benefício da organização associativa da AFERTOL é a possibilidade de aquisição de recursos utilizados na comercialização (sacolas, aventais, bonés, entre outros) que, individualmente, cada feirante teria um custo final mais elevado, diminuindo assim sua margem de lucro.

Além dessa questão, a própria organização desse espaço, principalmente no centro da cidade, depende de serviços que, se contratados individualmente, elevariam os custos da operação. Conforme identificado entre os feirantes localizados na Rua XV de Novembro, no Centro de Toledo, esses pagam uma mensalidade de 30 reais que é utilizada para custear os serviços de segurança, de som, entre outras pequenas despesas existentes para funcionamento da feira.

Como é possível verificar, a organização e funcionamento da Feira do Produtor dependem de uma organização e responsabilidades de cada feirante. Embora cada um realize individualmente sua produção e comercialização, é preciso que se insiram numa dinâmica coletiva de mercado. Nesse sentido, a organização associativa expressa uma formatação mercadológica alternativa aos modelos predominantes no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das observações realizadas, constata-se que a trajetória da Feira do Produtor de Toledo representa uma busca de possibilidade da reprodução social de um grupo de pequenos produtores rurais e urbanos. Esse espaço significou e significa uma alternativa produtiva e comercial para aqueles que resistiram ou não conseguem se integrar às relações predominantes do grande mercado e buscaram por meio da feira produzir a sua subsistência.

O estudo das ações coletivas dos produtores da feirinha de Toledo pautou-se em três eixos: o processo, o espaço e o sujeito. Isto é, partiu-se da abordagem das relações sociais e econômicas regionais, buscando problematizar suas transformações, para, em seguida, problematizar a constituição da feira em si e a afirmação dessa atividade no município. Tendo como referências as mudanças nas relações produtivas e a afirmação de um local de comercialização de pequenos produtores, abordamos a ação do sujeito histórico desse processo a partir de sua organização coletiva.

No contexto histórico das experiências de feira desenvolvidas em Toledo, um aspecto fundamental na constituição formal do atual modelo de Feira do Produtor é a trajetória percorrida anteriormente (anos de 1980 e 1990) pelos vários produtores. Ainda que esse período possa ser interpretado como um processo de muitas idas e vindas, sem de fato ter obtido uma consolidação ampla, a resistência de alguns feirantes nessa atividade permitiu abrir caminho para que órgãos públicos fizessem um planejamento pensando nesses sujeitos.

Nesse processo de “idas e vindas”, as mudanças de local dentro da cidade foram um meio utilizado para buscar o estabelecimento dessa atividade e alcançar um ponto de encontro com o consumidor. Fazer a feira em si, significava também tomar “gosto” por essa forma de trabalho, motivo que fez muitos sujeitos insistirem nessa forma de produzir e comercializar, mesmo diante das dificuldades enfrentadas (estrutura precária, locais distantes do consumidor, entre outros).

Porém, o “gosto” em trabalhar na feira não era suficiente para a sobrevivência dessa atividade. A afirmação dessa forma de trabalho comercial dependia da incorporação de mais sujeitos, assumindo um caráter coletivo, que fosse identificada pelos

consumidores. Também foi preciso que a mesma se tornasse viável e atrativa para esses feirantes, ainda que contasse com amparo do poder público para o seu funcionamento por meio do auxílio na organização e capacitação desses sujeitos e na ocupação das vias e praças públicas, que dependem da autorização da Prefeitura.

Considerando o longo caminho percorrido pelos sujeitos envolvidos na Feira do Produtor de Toledo, é possível identificar na literatura produzida sobre esse espaço e nos relatos das experiências dos atuais feirantes, a preocupação em impedir a inserção de atravessadores nesse meio. Em certa medida, o desenvolvimento dessa atividade sempre teve em vista uma forma de organização própria, que permitisse a sua manutenção e reprodução social.

Tendo como referência o conjunto de experiências acumuladas no percurso histórico da Feira do Produtor de Toledo, esta pesquisa trouxe elementos que problematisassem as formas de ação coletiva presentes na relação produtiva/comercial dos sujeitos inseridos nesse espaço, tendo em vista a compreensão organizativa da Associação dos Feirantes Produtores de Toledo.

Nesse quadro, identificou-se que as relações sociais entre os indivíduos que constituíam esse corpo coletivo partem majoritariamente, por um lado, da busca de inserção a mercados alternativos às relações predominantes do agronegócio ou de grandes estabelecimentos comerciais e, por outro lado, do estabelecimento de um local estável, sem que tenha que percorrer individualmente em busca de cada cliente para venda de seu produto. Dessa forma, a feira garante um espaço de mercado, onde cada sujeito pode comercializar aquilo que produz, trazendo o consumidor até esse local. O estabelecimento desse formato de comercialização marca a introdução de uma dinâmica coletiva de organização, em que cada produtor dispõe de espaço de trabalho, mas necessita enquadrar-se e agir na perspectiva dos interesses comuns.

A formação social da AFERTOL constitui-se basicamente de produtores (agricultor familiar/pequeno agricultor e produtor de manufatura) que desenvolvem nas suas unidades familiares o processo de produção e transformação daquilo que é comercializado. Esse comportamento produtivo está baseado na utilização majoritária da força de trabalho familiar e, ocupando conseqüentemente, um papel determinante na subsistência desse núcleo. Em muitos casos, principalmente dentre os agricultores

familiares, a produção voltada para a comercialização na feira faz parte de uma estratégia de sua diversificação produtiva, sendo mais um elemento de incremento de renda. Basicamente são agricultores ou produtores urbanos lotados em pequenas propriedades ou pequenas unidades produtivas (podemos chamar de agronegócinho) que buscam através da produção própria, diversificação e relacionamento com mercados locais produzir sua subsistência, tendo na Feira do Produtor a ferramenta que permite disponibilizar e comercializar seus produtos.

Em si, os sujeitos que ocupam esse espaço se definem pelo acúmulo de experiências compartilhadas, tendo em comum comportamentos produtivos semelhantes, acompanhados de uma compreensão coletiva de organização. Esse conjunto de relações e práticas formula a definição desse sujeito a partir do grupo social a qual pertence, sendo a feira o local que determina sua identificação coletiva.

Nesse sentido, é válido destacar a distinção da AFERTOL em relação às cooperativas. Enquanto as grandes cooperativas de produção e comercialização da região (Coamo, Primato, Coopagril, C-Vale, Coopavel, entre outras) estão fundamentadas num modelo de relacionamento do agronegócio, visando uma atuação expansiva e de concorrência, a partir da produção agropecuária e industrial integrada, a Associação dos Feirantes busca, por meio da organização coletiva, a viabilização de um espaço para comercialização dos produtos produzidos e/ou transformados pelos agricultores familiares e pequenos produtores caseiros urbanos do município através da realização de feiras-livres em locais definidos.

Ainda no quadro das relações econômicas, é importante mencionar que a inserção no mercado, concorrendo com as relações dominantes do agronegócio ou de grandes estabelecimentos comerciais, depende dessa organização associativa e de apoio do poder público. A AFERTOL tem a função de reunir esse conjunto de trabalhadores/produtores organicamente, sendo um instrumento de ordenar o funcionamento da Feira do Produtor, assim como, ser um espaço de discussão, elaboração e defesa de temas e ações inerentes a esse grupo social.

Retomando ao processo de formação coletiva da feirinha em Toledo, cabe salientar que sua origem está relacionada ao período de mecanização agrícola e o aprofundamento das relações do agronegócio no campo. Essa transformação do modelo

produtivo implicou na forma da reprodução da agricultura. Precisando gerar e garantir a subsistência familiar em sua unidade produtiva, muitos pequenos produtores buscaram na inserção dos mercados a comercialização do excedente ou parte de sua produção agropecuária no intuito de incrementar mais renda a sua propriedade e/ou a sua vida social. Nesse sentido, a Feira do Produtor de Toledo foi se apresentando desde o seu início como uma alternativa de exposição e comercialização de parcela da produção de pequenos agricultores e produtores urbanos que, por meio de um espaço comum e estabelecido, organizaram a comercialização direta com consumidor.

Considerando que os produtores buscam na inserção e na organização coletiva da Feira do Produtor efetuar a venda direta de seus produtos, pode-se afirmar que suas relações seguem princípios de ação coletiva, visto que, produzem nas unidades familiares, organizando a estrutura e comercialização por meio de organismo coletivo (associação). Desta forma, toda dinâmica de organização do espaço dos locais de feira, segue uma lógica de participação e responsabilidades destes sujeitos.

Analisando especificamente a Associação dos Feirantes de Toledo, é possível perceber a importância dessa organização no processo de aprendizagem coletiva diante da necessidade desses trabalhadores implementarem suas ações e ao mesmo tempo dinamizarem as relações internas entre os feirantes. Pode-se afirmar que as relações sociais entre estes sujeitos têm como elemento norteador uma ação com sentido claro (garantir um espaço de trabalho e comercialização) na perspectiva de reciprocidade entre os envolvidos.

É possível identificar que a constituição associativa é importante no desenvolvimento do comportamento autônomo perante os órgãos públicos e ao mesmo tempo remete a uma distribuição de responsabilidades enquanto grupo. Isto significa que o estabelecimento da feira nas vias públicas dentro de um cronograma semanal de funcionamento, depende de seu reconhecimento enquanto organismo, ao tempo que coletivamente, dispõe de força de pressão e reivindicações.

Sem dúvida, a Feira do Produtor de Toledo constitui um espaço reconhecido e frequentado pela população do município, representando uma referência comercial importante de produtos para consumo direto. Essa relevância e o interesse que as pessoas possuem por esse local permite a reprodução social dos sujeitos que produzem e vendem

nesse espaço.

Em linhas gerais, a ação coletiva do sujeito organizado na AFERTOL é reconhecida nas formas organizativas que esses empregam para construção e manutenção desse espaço, que permite assim, que esses tenham o seu espaço de trabalho, sem necessariamente ter que se submeter às regras do grande mercado, tendo uma relativa autonomia na organização produtiva e comercial, como também do tempo e força de trabalho utilizado para tal.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a Feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 136 p.. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES, Montes Claros – MG, 2009.

AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Samir Amin e Kostas Vergapoulos; tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de. **O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR** / Fabiola Juliana Rubim de Andrade. – Toledo, PR, 2010.

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As Feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, 2005.

ARAUJO, Massilon de. **Fundamentos de agronegócio**. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

BLUM, Rubens. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas/ organizado por João Carlos Tedesco. – 3.ed. – Passo Fundo: UPF, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BRASIL. **A Lei Complementar nº 128/2008**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em 04 de março de 2018.

_____. **Pesquisa do MDS identifica feiras livres e agroecológicas em todo o país**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/pesquisa-do-mds-identifica-feiras-livres-e-agroecologicas-em-todo-o-pais>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, v. 2.

BROMLEY, R. J. **Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento: uma revisão crítica**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, jul. /set. 1980.

COLLA, Crislaine. **Análise do comportamento do consumidor das feiras livres nos municípios de Cascavel e de Toledo - Pr**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo, 2008.

COMARELLA, Cristiane Alexsandra. **A “feira livre do produtor” como alternativa de comercialização:** análise do perfil do consumidor no município de Toledo – PR. TCC (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Imigração europeia na fronteira oeste do Paraná (1854/1930).** In: História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões Norte, Noroeste e Oeste do estado / Maurílio Rompato, Cássio Augusto Guilherme e Leandro de Araújo Crestani (Orgs.) – Toledo: Editora Fasul, 2016.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais** / Denys Cuche; tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DERAL. **Valor Bruto da Produção Agropecuária.** Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/RelMunicipal20161versao.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Conceituação do Agronegócio,** 2005. Disponível em http://www.temasemdebate.cnpem.embrapa.br/con_agronegocio.htm. Acesso em: 03 fev. 2017.

FAVERO, Celso Antonio. **Colono, produtor, negociante:** Trajetórias na produção de um território. Tempo da Ciência (15) 29: 29-56, 1º semestre 2008.

FORMAN, Shepard. **Camponeses:** Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GHIZZO, Márcio Roberto; TEIXEIRA, J. M. C.; FANTINEL, A. L. **A Feira do Produtor como estratégia de desenvolvimento: o caso de Toledo-PR.** In: I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local, 2008, Maringá. I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia / UEM, 2008.

GHIZZO, Márcio Roberto e ROCHA, Marcio Mendes. **Comércio e lazer:** espaço de consumo e consumo do espaço na feira do produtor de Toledo-PR-Brasil. In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: ImprentaGega, 2009. p. 242-243.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz. 6ª ed. Porto Alegre:

Artmed, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**, 1848 – 1875. 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IBGE. **Toledo**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama>. Acesso em 16 de junho de 2018.

_____. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/pesquisa/24/76693>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

MASCARENHAS, Gilmar e DOLZANI, Miriam C. S.. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2, n. 2 agos/2008 p.72-87.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. **A ação coletiva e seus intérpretes**. Pensamento Plural, Pelotas, p. 65 - 87 julho/dezembro 2007.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel. Edunioeste, 2003.

_____. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. 2007. 378p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

MAIOR, Armando Souto. **História Geral**. São Paulo, Editora São Paulo, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo de global da produção capitalista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTOYA, Marco Antonio; GUILHOTO, Joaquim J. M. **Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar**. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas/ organizado por João Carlos Tedesco. – 3.ed. – Passo

Fundo: UPF, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NUNES, Roselene Tânia Finato. GRZYBOVSKI, Denize. **Ações coletivas na gestão de organizações da economia social**: um estudo exploratório na associação dos trabalhadores rurais da Linha Terceira. VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 26 a 28 de abril de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. 1 ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2015.

TOLEDO. LEI “R” Nº 175, de 23 de dezembro de 2014. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6768_texto_integral. Acesso em 22 de março de 2018.

RIBEIRO, Alexandre Coimbra. ANDION, Carolina. BURIGO, Fábio. **Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural**: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(1):119-140, jan./fev. 2015.

RICOTTO, Alcides Juvenal. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar**: o caso das feiras livres de Misiones, Argentina. Porto Alegre, RS. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SABOURIN, Eric. **Ação coletiva e organização dos produtores no Nordeste semi-árido**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVII, Foz do Iguaçu, 1999, Anais, Brasília: Sober, pp. 194-204.

SCHALLENBERGER, Erneldo.; COLOGNESE, Silvio Antonio. **Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil**: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná. Toledo: UNIOESTE-FACITOL, 1993, 131 P.

SCHNEIDER, Sergio. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural**: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Izabelle Trajano da; SILVA, Anieres Barbosa da. **A feira livre na contemporaneidade: estudo de caso em uma pequena cidade paraibana**. Revista

GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG), vol.1, nº 2, jul./dez. 2016.

SOUSA; Luis Gonzaga de. **Memórias de Economia**. A origem das feiras. Edição eletrônica. 2004. Texto completo em <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/>>, Acesso em: 20 dez 2017.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. In.: AUBERTIN, C. Fronteiras. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethoscamponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **Contratualização e racionalidade familiar**. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas/ organizado por João Carlos Tedesco. – 3.ed. – Passo Fundo: UPF, 2001.

TEDESCO, J. C. **Economia de circuitos curtos, da qualidade e dos territórios étnicos: uma análise da dinâmica produtiva e mercantil na Rota das Salamarias – Norte e Noroeste do RS**. Revista Extensão Rural. Santa Maria: UFSM, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

ULSENHEIMER, Jaime Luiz Gauer. **Diversificação da produção como fonte alternativa de renda na pequena propriedade no oeste do Paraná no período de 1982 a 1992**. TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo, PR, 1993.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2ª Edição, 1ª Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

VELOSO, Thelma Maria Grisi. **Os assentamentos rurais no litoral Paraibano: a proposta das feiras agroecológicas**. In: FERRANTE, V. L. S. B; ALY JUNIOR. (Org) Assentamentos Rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). AraraquaraSP:UNIARA/ABRA/INCRA, 2005.

VEMURA, Dirce Kazumi. **A “Feira do Produtor” como alternativa de comercialização: uma análise do perfil do produtor**. TCC (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo, 2005.

VIGORENA, Débora Andrea Liessem, BATTISTI, Patrícia Stafusa Sala, BATISTA, MarcielleCasonatto, ALMEIDA, Gabriela Paschoali de Assis Pacheco. **Processo inovativo de pequenos produtores rurais: um estudo na feira do produtor de Toledo-PR – Brasil**. XV Congresso Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia, Porto, Outubro de 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas/ organizado por João Carlos Tedesco. – 3.ed. – Passo Fundo: UPF, 2001.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. 1ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

ZAULI, Eduardo M. **Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson**. Rio de Janeiro, Revista Desafio, setembro/2000 (Internet: <http://www.ibase.org.br/~desafio>).

ZARDO, Roberto Antonio. **Canais de comercialização de produtos da agricultura familiar na região oeste do Paraná**. Trabalho apresentado de Pós-Graduação em Agronegócio do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA/SÓCIOS

- 1) Onde você reside? Campo ou cidade?
- 2) Qual o tipo de produto que você comercializa?
- 3) Onde você comercializa o seu produto? Possui alguma atividade extra além da feira?
- 4) Que tipo de mão de obra você utiliza na produção e comercialização dos produtos na feira? (familiar, empregados, diaristas?)
- 5) A quanto você é feirante?
- 6) O que você fazia antes de ser feirante?
- 7) Como foi o período inicial de construção da feira e da associação? Quem nasceu primeiro?
- 8) Como foi criada a associação (AFERTOL)?
- 9) Quais os benefícios que associação (AFERTOL) promove para você?
- 10) Você já tinha participado de alguma associação anteriormente?
- 11) Quais os problemas que associação enfrenta? Ela tem sede própria?
- 12) Existe algum projeto coletivo que esteja sendo implantado?
- 13) Vocês tiveram ajuda de quem para criar a feira e a associação?
- 14) Você sabe como funciona a associação?
- 15) Você conhece o estatuto e o regimento interno da associação?
- 16) Qual a sua participação nos lucros da associação?
- 17) Existe conflito e/ou briga na associação?
- 18) Você exerce algum papel na associação?
- 19) Qual sua visão sobre a associação?
- 20) Essa sua ideia de associação bate com sua realidade?
- 21) A sua vida mudou depois de entrar na associação?
- 22) Os seus conhecimentos sobre as atividades agrícolas melhoraram depois de entrar na associação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PRESIDENTE E/OU DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO

- 1) Onde você reside? Campo ou cidade?
- 2) Qual o tipo de produto que você comercializa?
- 3) Onde você comercializa o seu produto? Possui alguma atividade extra além da feira?
- 4) Que tipo de mão de obra você utiliza na produção e comercialização dos produtos na feira? (familiar, empregados, diaristas?)
- 5) A quanto você é feirante?
- 6) O que você fazia antes de ser feirante?
- 7) Como se deu o processo histórico de fundação da associação?
- 8) Como funciona a associação? Houve problemas desde o início ou nunca houve problemas? Como são escolhidos os líderes?
- 9) Como são resolvidos os conflitos? Existe punição?
- 10) Quantos sócios há na associação?
- 11) Quanto às informações, os sócios têm aprendido juntos? O que eles aprendem?
- 12) Quem tem o papel de orientar, dinamizar o processo organizativo?
- 13) Para o senhor (a) qual o papel dos líderes?
- 14) Quais projetos existem na associação?
- 15) Existem financiamentos que são utilizados pelos sócios?
- 16) Qual a principal fonte de capitalização dos produtores? E da associação? Qual o patrimônio da associação?
- 17) Em termos de projetos prioritários, como são construídos?
- 18) Depois de criada a associação, as relações sociais entre os sócios melhoraram?
- 19) O nível de vida dos sócios melhorou?
- 20) Houve reformulação de novas regras?
- 21) Fale-nos no geral sobre as experiências deste trabalho associativo?